

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
ARARAQUARA**

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – 3ª reunião regional do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em parceria com o CEPAM e a Unicamp.

Para darmos início, vamos para a composição da Mesa que irá dirigir os trabalhos. Convidamos o Exmo. Sr. Deputado Estadual Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Deputado Federal Dimas Ramalho; Exmo. Sr. Edson Antônio da Silva, Prefeito do Município de Araraquara, neste ato representando todos os prefeitos presentes; Exmo. Sr. Deputado Estadual Geraldo Vinholi, Líder do PDT; Exmo. Sr. Deputado Estadual Mário Reali; Exma. Sra. Deputada Estadual Beth Sahão; Exmo. Sr. Deputado Estadual Waldir Agnello; Exmo. Sr. André Franco Montoro Filho, ex-Secretário de Estado de Economia e Planejamento; Exmo. Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário-Executivo do Fórum Legislativo. (Palmas.)

Passaremos ao anúncio das autoridades presentes: Sr. José Francisco Pires, neste ato representando o Deputado Federal Lobbe Neto; engenheiro Paulo Lourenço, representando a Coordenadoria de Projetos, Arranjos e Produtos Regionais da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; engenheiro Nestor Jamami, Diretor do Escritório de Desenvolvimento Rural de Araraquara, representando o Deputado Estadual Duarte Nogueira, Secretário de Abastecimento e Agricultura de São Paulo; Exma. Sra. Gleide Aparecida Berti Ginato, Prefeita do Município de Américo Brasiliense; Exmo. Sr. Emílio Carlos Fortes, Prefeito do Município de Motuca; Exmo. Sr. Osvaldo Aparecido Rodrigues, Prefeito do Município de Nova Europa; Exmo. Sr. Gregório Gulla, Prefeito do Município de Gavião Peixoto; Exmo. Sr. Izael Antônio Fernandes, vice-Prefeito de Adolfo; Exmo. Sr. Yashiro Yamamoto, Secretário do Desenvolvimento Econômico do Município de São Carlos, neste ato representando o Sr. Prefeito, Newton Lima Neto; Exmo. Sr. Sidney Carlos Silva Trevisan, Secretário Municipal de Governo, neste ato representando o Sr.

Prefeito de Ribeirão Bonito, Antônio Sérgio de Mello Buzzá; Exmo. Sr. Mário Hokama, Vereador e vice-Presidente da Câmara Municipal de Araraquara; Exma. Sra. Edna Sandra Martins, Vereadora de Araraquara; Exmo. Sr. Elias Chediek Neto, Vereador da Câmara Municipal de Araraquara; Exmo. Sr. Tomas Vitta, Presidente da Câmara Municipal de Descalvado; Exmo. Sr. Edevaldo Benedito Guilherme Neves, vereador da Câmara Municipal de Descalvado; Exmo. Sr. Sílvio Bellini, Vereador da Câmara Municipal de Descalvado; Exmo. Sr. José Sebastião Baldan, Vereador da Câmara Municipal de Ribeirão Bonito; Exmo. Sr. João Ciarrochi Lopez, engenheiro, representando o escritório regional da Cetesb; Exmo. Sr. Edmir Afonso, Delegado Tributário de Araraquara; Exma. Sra. Joana Aparecida Prado Fernandes, Vereadora da Câmara Municipal de Adolfo; Exmo. Sr. Dr. João Luís Ribeiro dos Santos, Presidente da OAB de Araraquara, representando neste ato o Departamento de Direito da Uniara, Universidade de Araraquara; Exmo. Sr. Devilson Custódio, Diretor de Serviço da Secretaria de Agricultura de Araraquara; Exma. Sra. Maria Aparecida Nery, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Araraquara; Exmo. Sr. José Fernando Ribeiro de Carvalho, da Direção Regional de Saúde de Araraquara; Exmo. Sr. José Roberto Malaspina, Capitão da Polícia Militar de Araraquara e Exmo. Sr. Luís Antônio Azevedo, Diretor Administrativo da Tróleibus. (Palmas.)

Para a abertura desta 3ª Reunião Regional do Fórum Legislativo, ouviremos agora as palavras do Exmo. Sr. Deputado Estadual Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. SIDNEY BERVALDO – PSDB – Bom-dia, quero agradecer a presença de todos neste nosso evento. É a presença de vocês que nos motiva e nos dá ânimo para continuarmos nesta iniciativa de descentralizar as atividades da Assembléia, de promover a participação da sociedade nas decisões discutidas na Assembléia, que influem na vida de toda a população.

Quero saudar meu colega Dimas Ramalho, Deputado Estadual por dois mandatos, hoje Deputado Federal que representa esta região; Sr. Edson Antônio da Silva, Prefeito do Município de Araraquara, em nome de quem quero saudar todos os prefeitos presentes; Deputado Geraldo Vinholi, Líder do PDT, nosso colega na Assembléia; Deputado Mário Reali; Deputada Beth Sahão; Deputado Waldir Agnello; quero cumprimentar todos os

pastores que também comparecem a convite do Deputado Waldir Agnello, inclusive um de Trabiju, que saiu às seis horas da manhã para participar da reunião conosco; Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário-Executivo do Fórum, em nome dele queria cumprimentar toda a equipe que nos acompanha, todos os funcionários das prefeituras, das câmaras municipais, os representantes da sociedade civil, do setor produtivo, dos trabalhadores, cumprimentar a imprensa que nos prestigia com a presença.

Com o apoio da Assembléia Legislativa, tomamos a decisão de criar o “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”. Este Fórum não será apenas para promover alguns seminários e algumas reuniões. Será permanente, foi criado através de lei como um instrumento dentro da Assembléia Legislativa com o objetivo de discutir alternativas para o desenvolvimento econômico. Acreditamos que sem desenvolvimento econômico sustentado que leve em conta o meio ambiente, a geração de emprego e renda, a distribuição da riqueza, não teremos sucesso no combate das desigualdades sociais que temos nas cidades, no Estado e no País.

Colocamos hoje a questão do desenvolvimento econômico como prioridade zero. Em outros momentos da história deste País tivemos desenvolvimento econômico, crescimento do nosso PIB, mas não acompanhado da geração de empregos e da distribuição de renda. Num momento vivíamos período de ditadura, sem a democracia, noutra momento tivemos o crescimento, mas tivemos inflação e a inflação sempre foi o imposto que mais puniu aqueles que já não tinham sua possibilidade de garantir a correção do seu dinheiro. Sabemos que nos momentos de inflação ocorreu a maior concentração de renda. Agora vivemos um momento diferente. Estamos consolidando nossa democracia, temos liberdade de organização, temos a inflação sob controle. Acreditamos que uma retomada de desenvolvimento econômico neste momento vai contemplar uma melhor distribuição de renda e oportunidades diferentes de outros momentos em que vivemos.

O Parlamento, juntamente com todas as outras instituições, tem de rever sua forma de atuar. Vivemos uma mudança permanente, isso exige de todos nós também mudança no nosso comportamento. O Parlamento tem de rever sua forma de atuação, que hoje se dá de uma maneira muito representativa; a própria sociedade elege seus representantes e aguarda que cada representante tenha a solução e que tome a decisão para o conjunto da sociedade. Precisamos alterar isso, passar para uma democracia participativa, não só representativa.

Por isso entendemos que este Fórum não deveria se reunir só dentro da Assembléia. Organizamo-nos para promover reuniões nas 15 regiões administrativas. É interesse do Fórum não só fazer uma interação permanente com as cadeias produtivas, verificando as oportunidades, os gargalos, as dificuldades que se têm em cada cadeia produtiva, especialmente aquelas que têm maior influência na economia de São Paulo, como também temos de levar em conta as questões regionais, suas vocações, potencialidades, interagir e estimular a criação de organismos regionais que possam pensar a questão do desenvolvimento também de forma regional. Os problemas não devem ser vistos apenas no território de cada município ; temos as questões do lixo, de recursos hídricos, de saúde, de infra-estrutura educacional, que têm de ter um planejamento e levar em conta as questões regionais. Da mesma forma o desenvolvimento econômico. Pretendemos que este Fórum faça uma interação com as agências de desenvolvimento regional, com as associações, para que possamos trabalhar juntos permanentemente, eliminando as dificuldades encontradas não só nas cadeias produtivas como também nas regiões.

Esta é uma região com economia bastante diversificada, uma região pujante, com a presença de universidades, USP, Unesp e outros organismos particulares; tem uma economia que vai desde a alta tecnologia até a agricultura, o agronegócio. É uma região muito rica em oportunidades. É preciso que haja essa interação. Este conselho consultivo que criamos tem a presença dos representantes da sociedade civil e também da academia, das universidades, dos institutos de pesquisa, da Fapesp.

Uma questão que verificamos: o contribuinte do Estado de São Paulo, hoje, participa com uma contribuição de mais de 12% da receita corrente líquida do Estado para entidades que produzem conhecimento. Temos três universidades de excelência no Estado de São Paulo, 19 institutos de pesquisa, a Fapesp, uma fundação que tem a responsabilidade de fazer a pesquisa de base e tecnológica no Estado de São Paulo. Então, 12% do nosso orçamento contempla essas instituições. Entendemos que temos de promover o encontro desses conhecimentos, da pesquisa, e fazermos a aplicação dessa pesquisa na inovação.

Sabemos que para o empreendedor – como pequeno empreendedor na área do agronegócio – fazer com que sua pequena propriedade tenha uma viabilidade econômica, para isso precisa agregar valor, precisa ter tecnologia, observar toda a cadeia produtiva, desde a semente até a forma que vai entregar esse produto no supermercado. Daí essa

interação com a academia, com os institutos de pesquisa, com todo o conhecimento disponível.

Sabemos que nem sempre esse encontro é feito. Temos a produção do conhecimento, mas há um tempo muito grande na aplicação dessas novas tecnologias. É exatamente nesse ponto, em que há essa interação da Assembléia junto com o setor produtivo, com os prefeitos, que podemos dar nossa contribuição.

Aproveitamos também este encontro para discussão do Fórum em dois pontos que consideramos importantes. Um deles é a discussão para a reflexão do conjunto da sociedade dos dados do IPRS, Índice Paulista de Responsabilidade Social, criado por lei na Assembléia Legislativa, resultado do “Fórum São Paulo Século XXI”, durante a administração do Deputado Vanderlei Macris. Através de uma parceria da Assembléia com o Seade, a cada dois anos, é feita uma radiografia da qualidade de vida dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

Na verdade, o IPRS é um IDH mais aperfeiçoado. No item de riqueza, por exemplo, mede-se o consumo de energia elétrica per capita, o consumo de energia elétrica do setor primário, secundário, terciário. Mede-se o valor adicionado per capita de cada município, a renda média dos funcionários registrados em carteira.

Da mesma forma, no item longevidade, mede-se o índice de mortalidade infantil, de mortalidade perinatal, de mortalidade de 15 a 35 anos – exatamente para verificarmos a violência urbana, que é uma grande preocupação –, a expectativa de vida, os óbitos registrados de pessoas acima de 60 anos. No item educação, mede-se a presença da criança no ensino fundamental, do jovem no ensino médio, o grau de alfabetização.

É um conjunto de índices que nos fornece uma ferramenta fundamental para conhecermos o Estado de São Paulo, cada região, cada cidade, e a situação daquilo que deve ser o mais importante e preocupante, ou seja, a qualidade de vida de cada município.

Neste Fórum, estaremos apresentando os dados do IPRS, para fazer uma reflexão e, na Assembléia, promoveremos seminários e discussões permanentes, para criar e desenvolver políticas públicas no sentido de melhorar esses índices.

Encomendamos ao Seade a classificação dos municípios com maior problema com a riqueza, com o maior índice de mortalidade infantil, para fazer uma radiografia, buscar as causas e combatê-las. A sociedade espera que não tenhamos apenas conhecimento da

realidade, mas que também busquemos soluções. Da mesma forma, aproveitamos a oportunidade para apresentar o PPA, Plano Plurianual de Ação.

Cada vez mais, temos de estar preparados e nos conscientizar da importância do planejamento de médio e longo prazo. Não dá, em um país com escassez de recursos como o nosso, para decidir as questões apressadamente, sem analisar dados, sem fazer planejamento de médio e longo prazo. Sem dúvida, o PPA é uma peça importante, porque prevê os investimentos e ações do Estado, no caso, de 2004 a 2007.

O PPA previsto para o Governo de São Paulo propõe investimentos de mais de 30 bilhões, divididos em 212 programas e 1.365 ações. Queremos aproveitar para discutir o PPA, apresentar os seus programas. É natural que não dê para fazer isso de uma vez, mas estaremos à disposição para continuarmos esse assunto por meio das comissões permanentes da Assembléia.

A combinação de discussão de desenvolvimento com a apresentação do índice que mede a qualidade de vida, a possibilidade de discutir o PPA, são importantes para que este plenário, prefeitos, vereadores, representantes da sociedade, possam ajudar-nos a cometer menos erros. Quando as decisões são coletivas, erramos menos.

Temos a proposta de um questionário sobre o desenvolvimento econômico, a imagem da Assembléia Legislativa, sugestões de formas de atuação da Assembléia e de seus parlamentares. Gostaria que os senhores dessem atenção a ele, que o respondessem, porque é muito importante para nós.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos e que tenhamos aqui uma reunião bastante proveitosa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Anunciamos a presença, entre nós, do Exmo. Sr. Deputado Estadual Simão Pedro e do Sr. José Alberto Gonçalves, Diretor do Emplan de São Carlos.

A seguir, será feita a apresentação da dinâmica desta reunião pelo Secretário-Executivo deste Fórum, Sr. José Antônio Parimoschi.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO PARIMOSCHI – Sr. Presidente Sidney Beraldo, em nome de quem cumprimento toda a Mesa, Prefeito Edson Silva, em nome de quem cumprimento todos os presentes, vou tentar passar um pouco da dinâmica da reunião, para que tenhamos a condição de uma participação efetiva de todos os que se interessam em estar opinando ou produzindo alguma impressão que seja importante para pautarmos a nossa discussão sobre o desenvolvimento.

O “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado” está na Região Central, com o objetivo de debater estratégias que podem dinamizar o desenvolvimento do Estado de São Paulo, identificando as necessidades e estimulando as potencialidades da região.

O Parlamento Paulista se deslocará para as 15 regiões administrativas do Estado com o objetivo de ouvir as autoridades e representantes das sociedades civis locais, coletando suas principais opiniões e impressões sobre pontos estruturais para que o desenvolvimento seja alavancado de forma harmônica e sustentada.

Na primeira parte da reunião, os técnicos do Núcleo de Economia da Unicamp irão apresentar um breve diagnóstico sobre a região, destacando as principais vocações de desenvolvimento regional. Serão abordados também, como o Presidente Sidney Beraldo já colocou aqui, em linhas gerais, porque ele é bastante extenso, aspectos do Índice Paulista de Responsabilidade Social, e alguns pontos principais identificados no Plano Plurianual de 2004/2007, que, neste momento, está sendo discutido na Assembléia Legislativa para ser votado.

Frisamos que é impossível, em tão curto espaço de tempo, conseguir abrir todos os 212 programas, devido ao número de ações que existem, para que pudéssemos identificar, de maneira mais adequada, todas as potencialidades e necessidades da região.

A idéia é que, em linhas gerais, a Unicamp faça uma abordagem bastante sucinta. Como foi dito pelo Presidente, é importante frisar que teremos outras formas de participação, não permitindo que a reunião se encerre aqui, pois as perguntas serão encaminhadas à Assembléia, onde temos condições técnicas de fazer as avaliações e responder até via internet.

Na seqüência da apresentação diagnóstica, teremos a manifestação do Deputado Estadual Geraldo Vinholi, do Prefeito Edson Silva e de outras autoridades e entidades

regionais locais – representantes de ONGs, agências de desenvolvimento, sindicatos, associações comerciais, Sebrae, consórcios, órgãos regionais – que possam, de alguma forma, contribuir com a discussão sobre o desenvolvimento, e, conseqüentemente, com os trabalhos do Fórum.

Teremos aproximadamente uma hora no máximo, se conseguirmos ser bastante objetivos, nas exposições. Assim, sugerimos que as falas não ultrapassem cinco minutos.

A reunião está sendo gravada, e temos um relator que está anotando os principais pontos abordados. Todas as manifestações constarão do relatório final, e todas as informações serão transcritas e encaminhadas ao Departamento de Apoio Parlamentar da Assembléia Legislativa, que faz a interface com os parlamentares, bem como ao Departamento de Comissões, que estipula o trabalho das comissões na Assembléia Legislativa.

A manifestação dos senhores poderá ser de duas outras formas. Por meio do questionário distribuído, que é extenso e está bastante focado para a questão do desenvolvimento. Pedimos que, ao final da reunião, seja deixado com o pessoal do CEPAM, do Cerimonial.

Outra forma é esta papeleta, que poderá ser utilizada para encaminhar perguntas à Mesa. Pedimos a gentileza de que os senhores se identifiquem, porque naturalmente nem todas as perguntas poderão ser respondidas, por uma questão de tempo, mas serão encaminhadas ao Departamento de Comissões, que deverá respondê-las, por meio dos endereços ou “e-mails”.

A última informação que tenho que passar é que temos na “home page” da Assembléia Legislativa um ícone que trata do “Fórum de Desenvolvimento”, onde constam as apresentações de Santos, Registro – e suas apresentações diagnosticadas – e algumas contribuições para o tema desenvolvimento. As pessoas poderão também enviar suas questões por “e-mail” que serão respondidas.

O prazo previsto para os trabalhos é até as 13 horas, portanto, teremos duas horas e deveremos otimizá-las.

Encerro minha participação e desejo a todos um bom trabalho. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Gostaríamos de agradecer também a presença do Exmo. Sr. Osvaldir Darcie, Prefeito do Município de Catiguá, e do Vereador Carlos Nascimento, da Câmara de Araraquara.

Passaremos, a seguir, à apresentação diagnóstica sobre o Desenvolvimento Regional. Para tanto, solicitamos às autoridades que estão compondo a Mesa para que desçam até as poltronas na área reservada.

Para a apresentação diagnóstica do Desenvolvimento Regional Sustentado, convidamos o Professor da Unicamp, Carlos Antônio Brandão.

O SR. CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO – Bom-dia a todos os presentes. Procurarei ser breve, restringindo-me a 30 minutos, no máximo, para levantar os pontos mais importantes, no nosso entendimento, sobre desenvolvimento.

É fundamental pensar nas melhores formas de se medir o desenvolvimento – vamos discutir o IPRS – e essa visão necessitaria estar, como disse o Presidente Sidney Beraldo, colocada com uma perspectiva de futuro de médio prazo que está no PPA 2004/2007.

Um dos pontos fundamentais é a necessidade de buscar maiores informações. Mesmo quando o Estado mais pujante da Federação desce a níveis de maior desagregação dos dados é preciso ter uma luta constante para tentar ter melhores dados no âmbito municipal e no âmbito das micro e macrorregiões.

Quando falamos em desenvolvimento é fundamental perceber que se está falando das várias dimensões do processo de desenvolvimento. Acho que o Brasil é um dos países do mundo que mais pode mostrar isso, quer dizer, como o desenvolvimento econômico muitas vezes não está acompanhado das suas outras dimensões. Muitas vezes não está acompanhado da dimensão social, da dimensão tecnológica, da dimensão ambiental, da dimensão da sociabilidade.

Então, é fundamental entender que o desenvolvimento sempre é pensar tentativas de aumentar o raio de manobra das decisões no sentido de melhorar as condições de vida, melhorar a capacidade de determinada região de gerar emprego, renda e melhores condições de vida.

Esse primeiro ponto é fundamental, porque é essa a luta por tentar aperfeiçoar as formas de medir o desenvolvimento, esse processo e suas “n” dimensões. Nesse sentido, é

muito claro se pensar em três momentos. O momento que vem desde o início da discussão do desenvolvimento, desde a década de 50 ou 60, que sempre se utilizava da renda “per capita” como um indicador do desenvolvimento de determinada região, de determinado país.

Isso é muito claro. Principalmente a partir da década de 90 ficou muito claro para os organismos internacionais a necessidade de pensar a dimensão de desenvolvimento humano que, na verdade, congregasse todas aquelas outras dimensões. Avançou-se com o programa das Nações Unidas, na década de 90, para os cálculos do chamado Índice de Desenvolvimento Humano. Ele é um avanço importante, porque na verdade se deixou de pensar apenas a renda “per capita”, o PIB “per capita”, que sempre é uma variável complicada de ser medida e na verdade expressa apenas essa dimensão riqueza. E o PINUD criou esse indicador, o IDH, para se pensar também as outras duas dimensões, a longevidade, medindo muito pela variável esperança de vida, nascer e pela escolaridade, basicamente pensar alfabetização e a taxa de matrícula.

Como disse o Presidente Sidney Beraldo, a Assembléia Legislativa contratou o Seade para avançar um indicador que não ficasse preso a essas variáveis, que são variáveis basicamente dos censos que aparecem de 10 em 10 anos. Então era preciso pensar as diversas dimensões do desenvolvimento que não ficassem restritas a essas variáveis que demoram muito tempo. Na verdade, quando se diagnostica um processo de um problema socioeconômico 10 anos depois, muitas vezes não adianta diagnosticar um problema desses.

É nesse sentido que existe o IPRS. Hoje o Estado de São Paulo está bem dotado deste indicador, que é uma tentativa de ampliar o número máximo de variáveis. Na verdade, o IPRS é um sistema de indicadores, um conjunto enorme de indicadores que vai tentar captar não só o que estamos chamando aqui de variáveis de resultados quanto à riqueza material, mas também as variáveis de resultado quanto às condições de vida, a qualidade de vida e a longevidade e o nível que esta sociedade está preparada para ingressar numa sociedade do conhecimento, o nível de escolaridade dessa sociedade.

Aqui há uma divisão muito interessante que o Seade formulou que é: não basta também você acompanhar apenas as variáveis de resultado, mas é muito importante você perceber, para avaliar a performance de uma determinada gestão pública, a curto e médio

prazo, a sociedade poder acompanhar essa situação, você utilizar as chamadas variáveis de esforço, que é a tentativa de medir naquele município, naquela região, qual o esforço que foi implementado nos últimos anos para tentar avançar na melhoria das condições de vida.

Vocês estão recebendo aí na pasta com bastante minúcia toda a metodologia e os detalhes dessas diversas variáveis, como são pesquisadas. Poderia citar aqui rapidamente a idéia de consumo de energia, a remuneração média do mercado, como o mercado de trabalho está estruturado formalmente numa região. Isso é uma medida da sua riqueza material, os diversos dados de mortalidade e a idéia do quanto esta sociedade está se preparando para o futuro e quais são os seus indicadores de longevidade.

Temos aqui uma idéia muito interessante, pensar um indicador para o estado como um todo. Percebe-se claramente que na dimensão riqueza temos uma década de baixo crescimento no mundo todo. Essa é uma comparação que mostra que em 2000 a situação da riqueza está bem comparada com o momento em que o país teve um surto de crescimento, que foi o período 95/97.

O Estado de São Paulo, assim como os dados que se poderia pegar do Brasil como um todo, mostra um aumento recorrente da longevidade da sua população. Mas principalmente o que é captado nisso é um esforço em todo o Estado do aumento bastante acelerado da escolaridade da população. Isso é muito claro. Depois vamos comparar esses dados no documento que vocês têm com a Região Administrativa Central.

Temos um próximo quadro que vai listar todas as 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo. Aqui está em amarelo, a média estadual. Aqui está a posição da Região Central, mas vou discutir isso depois no diagnóstico da própria região. Como ela está muito bem posicionada, dá para perceber que exceto a região de Ribeirão Preto que está aqui, todas as outras são regiões caem no que a Emplasa aqui no Estado de São Paulo chama o “Complexo Metropolitano Expandido”, quer dizer, a região que tem a maior parte do PIB do País. Portanto, essas regiões metropolitanas, Ribeirão Preto e a aglomeração urbana da área de São José dos Campos mostram a situação da dimensão de riqueza do Estado.

Aqui temos a dimensão da longevidade, a capacidade que essa população está tendo de melhores condições de vida e, portanto, ampliando a sua esperança e condições de vida. Então, nota-se claramente uma posição bastante estratégica da Região Central. Está aqui

praticamente empatada com as duas anteriores, estando assim em terceiro lugar na dimensão longevidade.

A terceira dimensão fundamental do IPRS é a escolaridade. Aqui também notamos o esforço e o crescimento dos níveis de escolaridade que ocorreram nos últimos anos. Aqui temos a Região Central, que está também muito bem posicionada. Dá para se perceber que aqui a maioria dessas regiões administrativas está numa posição bastante privilegiada.

O instrumento do IPRS é fundamental porque não trabalha com a idéia de médias como é o IDH. Ele procura agrupar aqueles municípios que conseguem bons patamares de articulação entre as diversas dimensões.

É uma medida, portanto um agrupamento fundamental para o planejamento e diagnóstico de uma determinada região. É fundamental para a comparabilidade entre as diversas regiões e serve num certo sentido como os melhores indicadores de uma determinada região. Assim acabam orientando a luta das outras regiões para tentarem chegar àquele patamar. Então ela também é um processo emulador de um esforço da gestão pública para melhorar em todas as três dimensões, porque o desenvolvimento – o verdadeiro desenvolvimento, para que não seja apenas crescimento econômico – tem que articular bem essas três dimensões.

Vocês têm aí o Grupo 1, que poderíamos chamar de regiões que estão num bom patamar de riqueza e ao mesmo tempo dos indicadores sociais; o Grupo 2, aqueles municípios que têm elevados níveis de riqueza. Esse é um exemplo que lembra o que o Presidente Beraldo disse, quer dizer, a idéia que se aumenta riqueza cresce, mas os frutos do progresso e do avanço não chegam à população. Esse é o chamado Grupo 2. Vou até adiantar aqui que a Região Central não tem nenhum município no Grupo 2.

O Grupo 3 registra aqueles municípios com riqueza baixa e ao mesmo tempo municípios que conseguem ter nas outras duas dimensões um bom desempenho. Vamos ver que é o caso do maior número de municípios da Região Central, que mostram um esforço na dimensão escolaridade e das condições de vida.

O Grupo 4 agrega os municípios com riqueza baixa e com níveis médios de longevidade e escolaridade, de conhecimento.

E o Grupo 5 são os municípios que tanto no nível material da riqueza quanto nas dimensões sociais têm baixos níveis.

Nesse sentido é muito interessante esse mapa. É um mapa do estado onde temos os grupos. Então o Grupo 1, o branco, nele dá para perceber que uma extensa área da Região Central está em branco. Esse eixo do Estado de São Paulo é uma região pujante, uma região de grande diversificação produtiva e ao mesmo tempo de condições adequadas em vários municípios.

Então, esse mapa é interessante porque contrasta claramente as áreas que estão em branco e as que estão em amarelo com as áreas que estão em situação 4 e 5. Todo mundo conhece bem o Estado de São Paulo e sabe que esse mapa mostra que o indicador IPRS é uma sinalização muito interessante para pensar e comparar situações.

Aqui vamos analisar rapidamente os dados da região nas suas diversas dimensões. Vocês têm aí a publicação específica da região administrativa central mostrando o porquê dessa performance, que é muito interessante. Como disse, na performance riqueza, no Brasil, nos últimos anos, tivemos e temos ainda baixas taxas de crescimento. Portanto, manter a dimensão riqueza estável significa um bom indicador.

A longevidade aumentou, mas principalmente a escolaridade. Os enormes esforços que foram feitos por todos os níveis da Federação mostram esse grande crescimento da escolaridade nesses três anos que a Fundação Seade tem calculado o IPRS.

Temos aqui, muito rapidamente, esses diversos municípios agrupados no Grupo 2. Temos os municípios que conseguem, que estão naquela situação mais adequada de riqueza, longevidade e escolaridade, os municípios que mesmo com baixos indicadores de riqueza conseguem melhorar as condições de vida, municípios com baixos níveis de riqueza e média longevidade e apenas um município no baixo nível de riqueza e baixos indicadores de condições de vida.

Para se pensar a região central é fundamental perceber a inserção da sua economia, a sua inserção industrial, agrícola, a sua dimensão produtiva no Estado de São Paulo como um todo.

É muito importante ficar claro, ao se discutir desenvolvimento, ao se implementar uma idéia de maior envolvimento da população de qualquer região, que essa população esteja conscientizada da sua posição no contexto maior.

É muito interessante notar que o Estado de São Paulo é pujante, é o maior estado da Federação; se poderia inclusive comparar dados do Estado de São Paulo com vários países,

a situação de São Paulo é bastante privilegiada, mas mesmo no Estado de São Paulo, você tem uma altíssima concentração em um território que a Emplasa chama de “Complexo Metropolitano Expandido”.

Esta área das três regiões metropolitanas, Campinas, região metropolitana de São Paulo, e região metropolitana da Baixada, mais os dados de Sorocaba e da região entre Campinas e São Paulo, e mais esse eixo no sentido de São José, esse é um dado impressionante do nível de concentração. Você tem na verdade praticamente 80% do PIB do Estado de São Paulo, nesse chamado “Complexo Metropolitano Expandido”.

Portanto, é fundamental que mesmo a Central, que tem uma série de vantagens comparativas, é uma região extremamente diversificada, que vai desde a ponta, como disse o Presidente Sidney Beraldo, desde a ponta tecnológica até a atividades artesanais, atividades de pequenos produtores, atividades de fruticultura, de pequenos produtores, é um leque, é um mosaico bastante interessante, inclusive com essa vantagem muito forte que todas as teorias hoje de desenvolvimento colocam: a importância de você ter variedade, de você ter diversificação produtiva, comportamental, para poder se inserir num contexto maior.

Aqui mostra como que o estado tem uma alta concentração de riqueza, inclusive não só está concentrada uma parte do PIB, como ela tem uma alta concentração daqueles setores que são hoje líderes do desenvolvimento em qualquer país. Quer dizer, os setores de telecomunicações, os setores de informática, os setores ligados à chamada economia do conhecimento, têm uma grande tendência de permanecerem no núcleo central da região mais desenvolvida.

Esse é apenas um dado de empresa de base tecnológica, mas dá para perceber aqui o papel do município de São Paulo, dos outros municípios da região metropolitana. Então, mais da metade da pizza está concentrada na região metropolitana. A região de Campinas também bem posicionada, e logo em seguidos dados da região administrativa central, com 12,5% das empresas com base tecnológica do estado.

Quando eu dizia da consciência da necessidade de realizar um bom diagnóstico, utilizar bons indicadores e pensar as vocações e as possibilidades da região, é muito interessante perceber que não basta apenas disputar os grandes investimentos, as grandes unidades produtivas, muitas vezes, no caso do Brasil, entrando em guerra fiscal, para

disputar grandes unidades produtivas, ou setores de ponta, quando na verdade uma determinada região deve diversificar a sua produção, tentar adensar as cadeias produtivas já existentes e buscar novas oportunidades.

Esse é um trabalho bastante interessante que foi feito na Unicamp, pegando os estabelecimentos. É um corte que foi feito por esse estabelecimento, usando dados da RAIS, que são dados que têm algumas limitações, porque captam o emprego formal, mas que mostra claramente o que se poderia chamar de algumas especializações regionais. Principalmente o próximo quadro, aqui não temos todas as aglomerações setoriais da Região Central, mas já mostra claramente essa diversificação da região, e ao mesmo tempo, especialização em alguns setores. Em vários municípios, você tem arranjos localizados em unidades produtivas de confecções, de máquinas, de móveis, têxtil.

É fundamental que se implemente, que se avance no sentido dos chamados arranjos produtivos locais. Procurar identificá-los. E, nesse trabalho, é muito importante trabalhar em parceria com o Sebrae, com o IPT, com a Fiesp. Na verdade, hoje, todos os organismos, e não é só no Brasil, estão estudando a importância da articulação localizada para se produzir tentando aumentar os níveis de cooperação para construir competitividade.

Nesse sentido, cada prefeitura deve procurar identificar aquelas aglomerações produtivas, algumas especializações, muitas vezes até artesanais. Acho que talvez o caso mais discutido hoje no Brasil, como os casos exitosos em que se conseguiu construir arranjos produtivos localizados, está nessa região, Tabatinga, com os bichinhos de pelúcia, hoje, é quase um paradigma, até já foi divulgado no exterior. Essa é a idéia de como a sociedade local pode buscar forças endógenas, no sentido de maior cooperação, da maior articulação produtiva, e buscar nichos de mercado, construir competitividade.

Além de identificar, portanto – isso que é novo –, esses arranjos produtivos locais, tentar buscar a sua especialização é fundamental, e aí você tem um instrumento poderosíssimo, que seria o PPA. Não seria possível nem falar da maioria dos programas, porque são 215 programas, mas eles têm cinco linhas estratégicas e 1.365 ações.

Considero fundamental que todos que aqui estão conheçam mais a fundo o que está no PPA, para buscar inclusive nas diversas secretarias as possibilidades de formulação de políticas, tentar encontrar aquele programa mais adequado à região.

Você tem cinco linhas estratégicas no PPA: a primeira é a gestão pública, a segunda é desenvolvimento regional, a terceira é desenvolvimento social, a quarta são todos os programas de desenvolvimento da infra-estrutura, e por último, os 31 programas do que se poderia chamar do desenvolvimento econômico.

Está na pasta de vocês uma listagem bastante sintética. É preciso que cada região busque ainda mais. Na verdade, é diuturnamente. Quer dizer, o tempo todo é preciso que a região se conheça cada vez melhor e procure entender as suas potencialidades, as suas necessidades, e possa fazer esse balanço.

Das audiências públicas, da participação social, nós temos aqui dessa região as principais potencialidades e necessidades da região.

Na verdade, são temáticas que congregam os principais temas da região. O primeiro, muito ligado à questão produtiva, é a idéia da necessidade de avançar ainda mais na diversificação que a região tem, procurar adensar as cadeias produtivas já existentes, mas buscar também a identificação de possíveis aglomerados de produtores que possam se transformar em arranjos produtivos locais.

As produções de todas as áreas. Vamos citar Taquaritinga, por exemplo, com a sua manga, limão, goiaba, a necessidade fundamental de você construir cada vez mais competitividade em cima daquilo que você tem e, ao mesmo tempo, como foi o exemplo que eu dei de Tabatinga, buscar alternativas que ninguém vislumbrava, ações que não estavam pensadas, mas que é possível você buscar se a sociedade estiver bem organizada nesse sentido.

Vocês têm essa lista de potencialidades e necessidades. É fundamental discutir esses quesitos.

Lembraria aqui, para ilustrar, alguns dos programas, que estão no PPA, das 1.365 ações programadas no PPA, alguns exemplos de ações que estão muito ligadas à região. Há a necessidade de todo apoio de instalação de galpões de agronegócios, incubadoras de negócios, que estão se desenvolvendo no Estado de São Paulo como um todo, a consolidação dos pólos regionais em desenvolvimento tecnológico e dos agronegócios, a consolidação dos centros da agência paulista de tecnologia do agronegócio.

Na indústria, a necessidade fundamental de pensar a atividade produtiva na região de forma concertada, de forma articulada, pensando, fortalecendo, criando a agência

regional de desenvolvimento, para que possa envolver a sociedade como um todo, e participar no sentido da construção do seu futuro.

Apoio aos arranjos produtivos locais, como eu já disse. A incorporação da gestão pela qualidade nas pequenas e médias empresas. A região tem também uma grande vocação para o turismo. Nós citamos apenas como exemplo algumas ações que estão no PPA, que poderiam também estar nessa área. E aquela que é uma vocação bastante consolidada da Região Central, que é a ciência e tecnologia: como transformar o conhecimento científico e tecnológico existente na região em progresso produtivo e social?

Tem vários exemplos que poderíamos pegar nas ações programadas no PPA. Aqui estamos apenas listando a discussão, as possibilidades de as empresas de base tecnológica estarem trabalhando de forma articulada. É fundamental perceber no PPA as propostas dos parques tecnológicos, no Estado de São Paulo.

São ações fundamentais para tentar aumentar essa articulação entre o ensino de qualidade, o setor produtivo e o avanço social.

Aqui são lembradas, na área da educação, algumas ações que estão no PPA, ligadas à descentralização, por exemplo, dos centros regionais de tecnologia, do Centro Paula Souza, das Faculdades de Tecnologia e do ensino médio, ligadas a esse grande desafio de qualquer região, que é transformar ciência em tecnologia e transformar ciência e tecnologia em avanço produtivo.

Na verdade, queria falar apenas mais de uma questão, da importância decisiva do envolvimento de toda a sociedade em formas mais articuladas e concertadas, para discutir esses pontos, discutir os pontos que vieram das audiências públicas, discutir todas as ações que estão no PPA, e procurar de uma forma bastante organizada, eu até chamaria como se chama na Europa, uma forma contratual. Ou seja, é preciso que a sociedade local, regional, estabeleça um contrato social e político pelo crescimento e pelo avanço social. São fundamentais as ações, como essa região tem, da criação de uma agência regional de desenvolvimento, para que se possa realizar o avanço da cooperação entre os seus diversos municípios.

É isso o que gostaria de colocar, levantando apenas alguns pontos que julgo mais importantes, que estão no PPA, como a importância do IPRS e a necessidade de a região

buscar o aumento dos seus níveis de desenvolvimento, mas um desenvolvimento que junte as diversas...

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – ... Laerte Sgarbi, também Vereador da Câmara Municipal de Itápolis.

Dando seqüência a nossa programação, ouviremos agora as palavras do Exmo. Sr. Deputado Federal Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO – Exmo. Sr. Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Casa esta que tive a hora de ter passado mais de 10 anos da minha vida como Deputado Estadual e que, na oportunidade, pude conviver com V. Exa., que, sem dúvida nenhuma, é um deputado que sempre orgulhou a Assembléia Legislativa. Este evento se reveste de condição fundamental, que é trazer o Legislativo para o interior, em busca de sugestões e debates.

Sr. Prefeito Edson Antônio da Silva, Prefeito Edinho, de Araraquara, em nome de quem saúdo todos os prefeitos aqui presentes. Nobre Deputado Geraldo Vinholi, Deputado da região, Líder do PDT na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, minhas saudações. Nobre Deputado Mário Reali, que com muito carinho acolhemos aqui na nossa cidade esta manhã. Nobre Deputada Beth Sahnão, da região de Catanduva, seja bem-vinda a esta reunião, parabéns por estar presente. Nobre Deputado Waldir Agnello, pastor que se encontra neste exato momento em nossa cidade, debatendo este assunto tão importante. Nobre Deputado Simão Pedro, que vem da Capital para engrandecer o debate aqui nesta manhã e tarde.

Quero agradecer ao Coordenador Parimoschi e agradecer o professor que proferiu aqui o primeiro debate.

Uma palavra apenas. O Parlamento Brasileiro tem de estar no centro das discussões, tem de estar no centro dos grandes debates do Brasil, do Estado e dos municípios. Lá em

Brasília, Sr. Presidente, esse semestre que passou e este que termina, tivemos grandes discussões sobre temas de muita abrangência, de muita discussão, polêmicos, como a reforma previdenciária, a reforma tributária – e parece que não vai terminar ainda, porque o Senado modificou, e então volta para a Câmara para outra discussão.

Estamos discutindo neste momento a questão do desarmamento – quem deve portar arma? Sim ou não.

Estamos discutindo também a questão da nova Lei de Falências.

Vamos entrar na questão da reforma política, início da discussão da reforma política – haverá palamentarismo, distrital, misto, sim ou não? Haverá listas? Financiamento público de campanha? Como é que funciona a questão da filiação partidária? É um ano? Ou deixamos os partidos políticos decidirem seus destinos? Vamos discutir também a reforma trabalhista, novas relações de trabalho, mudar a CLT. Qual a mudança que queremos? Será que a CLT representa hoje, tanto tempo depois, a nova correlação capital-trabalho? Vamos discutir novas leis de informática, que protejam o cidadão. Vamos também discutir assuntos de relevância na área de segurança pública, da saúde, da mulher, da condição feminina, cada vez mais na pauta principal da Câmara Federal. As CPI ganham uma dimensão cada vez maior. Exploração sexual de menores. A CPI do Banestado, da qual faço parte. A CPI que vai discutir a violência no campo.

Digo isso, Sr. Presidente, para uma constatação. Eu, que comecei na Assembléia de São Paulo, nunca fui do Executivo, mas sou uma pessoa que defende até o fim a força do Parlamento. A Constituição de 88, infelizmente, deixou para as assembleias estaduais uma competência residual, que deve ser ampliada nas reformas que virão. Defendo isso como Deputado Federal que sou. Não só para as assembleias estaduais, mas também para as câmaras municipais.

É preciso cada vez mais que o Parlamento Paulista, que o Parlamento dos Estados, que as câmaras municipais assumam competências que nós, deputados federais, lá de Brasília, talvez não tenhamos condições de acompanhar no dia-a-dia. Por isso, na reforma política, posteriormente, vamos discutir uma reforma constitucional que delimite, que dê novas feições, atribuições e competências para as câmaras municipais e para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e as do Brasil.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, ao fazer este Fórum no interior, demonstra uma coisa muito simples. Em primeiro, a coragem de vir ao encontro da comunidade, das lideranças políticas, sindicais, sociais, entidades não governamentais da sociedade civil, discutir, abrir a Casa – “esta Casa é sua”, diz o slogan da Assembléia. E, é verdade, é a nossa Casa. A população tem de entender isso, porque ali todos entraram pelo voto direto e secreto. É difícil ser Deputado, é duro. O Parlamento é muitas vezes incompreendido.

Por isso, quero aqui dizer que, ao discutir o Plano Plurianual, ao discutir a LDO, o orçamento da Federação, do Estado, do município, em tudo isso a figura central é o parlamentar. Portanto, a questão em São Paulo deste Fórum é exatamente no sentido de fortalecer o papel do Legislativo na formulação de políticas públicas que coloquem como ponto principal o desenvolvimento e fundamentalmente melhor qualidade de vida.

Esse estudo, esse índice, que ajudei a elaborar, e que depois se transformou em lei em 2001, é um estudo que aponta o que nós pretendemos que nosso Brasil tenha, que tipo de Estado, que tipo de conceito, que tipo de avanços queremos que nosso País tenha. E, é exatamente isto: diagnosticar e implementar políticas.

Aqui na nossa região central do Estado, Sr. Presidente, temos investimentos que estão transformando nossa estrutura. Temos a Embraer, que é uma empresa que caminha e que gera emprego, e que vai facilitar com que tenhamos a questão de um novo perfil tecnológico. Temos sobretudo uma grande vontade de construir uma região pujante, com qualidade de vida para todos.

Parabéns, Sr. Presidente. Parabéns, Srs. deputados estaduais. Parabéns, Sra. Deputada Estadual. Como membro do Parlamento, orgulho-me de participar deste debate e quero lá em Brasília repercutir os efeitos e contribuir para que cheguemos a bom termo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao Deputado Federal Dimas Ramalho pelas suas palavras. A seguir ouviremos o Deputado Estadual Geraldo Vinholi, Líder do PDT. Dado o nosso horário, pedimos a todos os nossos oradores, doravante, que se apresentem nos cinco minutos que foram determinados pela coordenação.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO VINHOLI – PDT – Bom-dia a todos os senhores e a todas as senhoras.

Quero cumprimentar nosso Presidente, nobre Deputado Sidney Beraldo, cumprimentar nosso Deputado Federal desta cidade, desta região, ex-Deputado Estadual, o querido Dimas Ramalho, cumprimentar pela sua atuação – em tão pouco tempo em Brasília, já conseguiu encontrar o caminho para ajudar esta região que tanto precisa e tanto confia no seu trabalho.

Quero cumprimentar meus colegas da Assembléia Legislativa, nobre Deputado Simão Pedro, nobre Deputado Mário Reali, nobre Deputada Beth Sahão, nobre Deputado Waldir Agnello, cumprimentar nosso prefeito, o Edinho, desta querida cidade de Araraquara, e em seu nome cumprimentar todos os prefeitos que aqui se encontram, cumprimentar as autoridades que aqui estão, nossos vereadores, a imprensa, a sociedade civil, todos aqueles que se dispõem a vir discutir um tema tão importante, e os organizadores deste Fórum, em nome do José Antônio Parimoschi, que é o coordenador.

Rápidas palavras, mas ao iniciar quero cumprimentar a iniciativa do nosso Presidente Sidney Beraldo, que sai da rotina e coloca a Assembléia Legislativa numa nova dimensão. Estamos acostumados, muitos de nós ainda, que a função de um deputado, e prefeitos, e governadores, é a de viabilizar obras. Os deputados acompanhavam o Governador, o seu mandato era medido unicamente pelas obras que conseguiam. E, assim a vida dos nossos prefeitos também. Nós saímos dessa dimensão para uma situação moderna, onde não importa mais tão somente a riqueza, e onde estamos discutindo a qualidade de vida da nossa população.

É isso que os países modernos procuram e que nós do Estado de São Paulo, especificamente desta região, procuramos, e acho que é o caminho que deveremos percorrer. Esta região é uma região privilegiada pela infra-estrutura, pelos índices que acabamos de ver, por uma grande concentração de riqueza, principalmente aqui em Araraquara, São Carlos – vejam-se os investimentos que têm ocorrido na região. Temos situações, na região como um todo, satisfatórias.

Mas, requer ela de nós muita atenção, porque apresenta distorções muito significativas. Ao mesmo tempo em que temos cidades com índices satisfatórios de qualidade de vida, temos cidades aqui com índices de analfabetos muito altos. Temos distorções de investimentos e principalmente temos na produção da nossa riqueza agrícola a falta de investimentos para que se possam agregar valores, que vão redundar, em última análise, em emprego e aumento de renda para nossa população.

Portanto, acho que a classe política... Muitas vezes o prefeito está aqui, o vereador, preocupado com sua rua que precisa asfaltar. Mas desperta essa dimensão deste Fórum, a possibilidade de se criarem as condições para que, unidos, independente dos municípios isolados, possamos pensar na região como um todo, para que possa, de uma forma organizada, trazer mais investimentos, principalmente aqueles investimentos voltados para melhora de vida da nossa população.

É isso que se busca numa política moderna. Aqui encontramos, apesar dos índices satisfatórios, algumas distorções que merecem a atenção dos nossos vereadores, dos nossos prefeitos, para que possamos, sim, ter, no final da nossa etapa de medidas – como tivemos oportunidade aqui de ver nos últimos 10 anos da evolução –, para que possamos, sim, ter essa região muito diferente, e para que possamos nós, políticos, ter cumprido nosso papel de colocar essa região numa situação ainda melhor.

Nós que andamos o Estado inteiro podemos perceber pelo mapa aqui apresentado, e conhecemos das ruas, as dificuldades e os objetivos de cada uma das diversas regiões. O que verificamos, por exemplo, no Pontal do Paranapanema é completamente diferente do Vale do Ribeira e muito diferente do que estamos pretendendo para nossa região, aqui. São etapas diferentes. Embora nosso Estado de São Paulo seja um estado rico, apresenta ainda regiões com uma defasagem impressionante, principalmente com relação à qualidade de vida.

Então, meus amigos, minha mensagem é de cumprimento ao Presidente por esta iniciativa. Tenho certeza de que isso vai nos despertar, em todos nós da região – nos vereadores, em todas as pessoas da sociedade que têm o interesse público para que se desperte –, a partir de hoje, para o fato de que temos novas medidas de se fazer política, de perseguir objetivos, o que não significa nada mais que nossa obrigação, que é a de melhorar a vida dos cidadãos.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, cumprimentando a cada um dos senhores e senhoras que aqui se encontram, e agradecer a oportunidade, nesta região em que atuo politicamente, em que tenho a minha querida Itápolis, que é a maior cidade produtora de laranja. No entanto, o nível de renda não acompanha. Temos aqui grandes produtores de cana-de-açúcar. Uma das regiões que mais produz e, no entanto, vendemos o açúcar como há 500 anos ainda, sendo que países que não produzem, que não têm pé de cana-de-açúcar, ganham 15 a 20 vezes mais com o açúcar que exportamos.

Portanto, é disto que estamos falando, em agregar valores. Tenho certeza de que todos nós aqui saberemos encontrar o caminho para essa nova perspectiva de vida.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Obrigado, Deputado Geraldo Vinholi, Líder do PDT. Também anunciamos a presença e agradecemos ao Exmo. Sr. Antônio Ângelo Fábri “Totó”, Prefeito do Município de Ribeirão Bonito. Muito obrigado.

Relembramos a todos que as perguntas poderão ser encaminhadas, a partir de agora, à Mesa. Às pessoas que já formularam suas perguntas, basta levantar o braço, que a coordenação irá recolhê-las para trazer até a Mesa Diretora.

Ouviremos as palavras de S. Exa. o Sr. Edson Antonio da Silva, Prefeito do Município de Araraquara.

O SR. EDSON ANTONIO DA SILVA – Meus cumprimentos a todos os presentes. Quero saudar os integrantes da Mesa, Presidente Sidney Beraldo, Deputado Federal Dimas Ramalho, Deputado Geraldo Vinholi, Deputado Waldir Agnello, minha companheira de partido Deputada Beth Sahão, meus companheiros de partido deputados Mario Reali e Simão Pedro. Quero saudar José Antonio Parimoschi, Secretário-Executivo do Fórum Legislativo de Desenvolvimento.

Quero saudar, e com muita alegria recebemos o Prefeito Jayme Gimenez, de Matão; a Prefeita Cleide Aparecida Berti, de Américo Brasiliense; o Prefeito ‘Totó’, de Ribeirão Bonito; o Prefeito Gregório Gulla de Gavião Peixoto; o Prefeito Osvaldo, de Nova Europa;

o Prefeito Emídio, de Motuca; o Prefeito Osvaldir, de Catiguá e, representando o Prefeito Nilton Lima, o Professor Yashiro Yamamoto.

Quero também saudar o Vereador Elias Shigueaki, representando o Presidente do Poder Legislativo de Araraquara, Eduardo Lauand; os vereadores Mario Kano e Carlos Nascimento, a Vereadora Élide Martins e, em nome deles, saudar todos os vereadores da nossa região presentes neste evento, bem como Marcos Laurenti, Gerente do Sesc; Major Abílio Sousa de Guerra e, através dele, saudar todas as demais autoridades.

Saúdo também Ivo Dall'Acqua Júnior, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista e, em nome dele, todos os representantes de entidades. Em nome do Gaeta, do Erplan, todas as lideranças políticas comunitárias que estão prestigiando este evento.

Quero, Presidente Sidney Beraldo, primeiramente dar os parabéns ao senhor pela iniciativa e dizer que, sem dúvida alguma, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo está no caminho correto. Entendo que no momento em que a Assembléia sai pelo interior, nas regiões, fazendo esse debate, principalmente neste momento, em início de legislatura, entendo que a Assembléia dá um passo fundamental que talvez só o decorrer da nossa história é que vai dar a dimensão dessa iniciativa, porque é colocar a Assembléia na pauta cotidiana da comunidade, é colocar a Assembléia no centro dos debates regionais, enfim, a Assembléia querendo discutir o futuro regional, o futuro do Estado de São Paulo, o futuro das pessoas, da vida real.

Fico extremamente feliz, porque para nós, da região, este debate vem num momento fundamental. Em primeiro, porque estamos já em fase bem avançada da constituição da nossa Agência Regional do Desenvolvimento, onde queremos discutir o desenvolvimento do ponto de vista regional, superando aquela idéia de disputa entre as cidades, como se fosse possível discutir desenvolvimento do ponto de vista municipal. Sempre uso esse exemplo, superando aquela idéia onde, muitas vezes, municípios parecem estar inseridos num grande programa de auditório, de cidade contra cidade. Acabamos, no final das contas, todos perdendo e não discutimos a vocação regional e a vocação de cada município, qual o papel que o município pode cumprir dentro do desenvolvimento regional.

Nesse sentido, esse espaço que a Assembléia cria, ela tem condições de transformar em espaço de fato de decisão, de deliberação, um espaço que tenha legitimidade, e que

aquilo que for discutido aqui de fato possa pautar o debate na Assembléia Legislativa, no governo estadual, e que evidentemente possamos inverter a lógica.

Discutia com o Presidente Sidney Beraldo e fico extremamente feliz. Foi a primeira vez que conversamos pessoalmente. Entendo que o PPA tem que ser um instrumento de planejamento. Temos que fugir da idéia de que o PPA é uma exigência legal, e que temos que cumprir um rito legal.

O orçamento também é uma peça de debate, de desenvolvimento e democratização do debate, de ouvirmos o que pensa a sociedade sobre o direcionamento dos recursos e investimentos.

A nossa região vive certamente o momento mais importante da sua história recente. Já temos uma economia extremamente diversificada. O setor agroindustrial regional é um dos mais competitivos do mundo, se não for o mais competitivo do mundo, no setor de produção de açúcar, suco de laranja e de álcool. E, também é um setor muito forte na área têxtil. Um setor que tem uma vocação muito forte para a produção de fármacos, se pensarmos no que produzem as nossas universidades, em termos de conhecimento, e uma vocação muito forte no setor de alta tecnologia para o turismo. É a região que no interior de São Paulo mais cresceu na área do turismo e hoje tem à sua frente certamente o maior investimento feito na história recente, que é o novo pólo da Embraer, que abre também uma nova possibilidade de desenvolvimento regional.

Se tudo isso é real, temos essa possibilidade de crescimento, com todos esses investimentos, e ainda mais com uma vocação logística muito forte – a região tem uma vocação logística, é a região central do Estado de São Paulo, uma região que tem uma hidrovia dentro do seu espaço geográfico. É o entroncamento rodoferroviário e, portanto, tem também a vocação logística.

Tudo isso é verdade. Acreditamos que o desenvolvimento não se dá por si só, ele se dá porque é fomentado pelo poder público. Deve ser fomentado pelo poder público. Nós que temos essa crença sabemos também que o investimento do porte que a nossa região tem recebido tem que chamar a atenção do Governo do Estado para que consigamos desenvolvimento econômico, mas com qualidade de vida, para que recebamos o pólo da Embraer com perspectiva de desenvolvimento, e não de desorganização urbana, de problemas urbanos que serão criados.

Então, queremos também chamar a atenção da Assembléia Legislativa para que o governo possa voltar os olhos para essa região, em função de tudo o que ela está produzindo, e das possibilidades de produção. Mas também do apoio que nós, prefeituras e câmaras municipais, necessitamos para garantirmos a infra-estrutura necessária para que a nossa região se desenvolva.

Sr. Presidente, pauto esse como o grande desafio regional. Continuar crescendo, continuar gerando riqueza para o Estado de São Paulo, mas também que tenhamos a atenção das esferas governamentais do Estado, para podermos também ter a infra-estrutura necessária para continuarmos crescendo com qualidade de vida.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo está de parabéns. Sem dúvida alguma é uma medida extremamente acertada. Cabe, portanto, à Assembléia, com essa medida, de fato trazer a pauta real da sociedade para o debate e, evidentemente, a Assembléia pautar o nosso Governo do Estado de São Paulo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado ao Sr. Prefeito, Edson Antonio da Silva, o Edinho, pelas palavras de incentivos e cumprimentos.

Chegamos ao momento de manifestações de representantes, dos que trabalham e fazem o desenvolvimento acontecer na região. Gostaríamos, primeiramente, para a sua manifestação, de conceder a palavra ao Dr. Yashiro Yamamoto, Secretário de Desenvolvimento Sustentável, Ciência e Tecnologia de São Carlos.

O SR. YASHIRO YAMAMOTO – Gostaria de dar os parabéns à Assembléia Legislativa ao vir até o interior paulista, notadamente na nossa região central. Conforme o Prefeito Edinho já mencionou, estamos numa fase de elaboração de uma Agência de Desenvolvimento Regional, juntando esforços das 26 prefeituras da região e focada no empreendimento dos empresários desde os grandes, médios até os pequenos.

Tenho certeza que essa iniciativa irá frutificar a curto e a longo prazos. Gostaria também de cumprimentar o professor da Unicamp, por ter levantado as vocações regionais. O trabalho que está sendo desenvolvido com apoio da Fapesp, de políticas públicas,

coordenado pela Profa. Helena, juntamente com o Prof. Sérgio, também deverá aprimorar e aperfeiçoar com maior propriedade, através do estudo, quais são as reais vocações da nossa região central.

Gostaria, em nome do Prefeito Nilton Lima Neto, de São Carlos, de trazer aqui o testemunho de que São Carlos está, junto com toda a nossa região, procurando crescer de maneira sustentável, porque na administração do Prof. Nilton a nossa Secretaria de Desenvolvimento Econômico mudou de nome para Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, estamos procurando ter um desenvolvimento compatível com o desenvolvimento social e com o desenvolvimento que não agrida a natureza.

Muito obrigado pela oportunidade de proferir algumas palavras. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Vamos agora ouvir a experiência do Sr. Gilberto Pereira Barreto, da Agência de Desenvolvimento Regional.

O SR. GILBERTO PEREIRA BARRETO – Bom-dia, senhores. É uma satisfação estar presente, para comunicar a todos que, dentro desse conceito apresentado pela Unicamp, no dia 12 deste mês foi efetuada aqui em Araraquara uma reunião para se discutir exatamente a colocação da região no seu desenvolvimento perante o Estado, perante a Federação e perante o mundo.

Reuniu-se aqui a representatividade de 26 prefeituras e parlamentares, tanto estadual como regional e federal. Coube à iniciativa privada, na figura da Fiesp, reunir os empresários para, em conjunto com a sociedade civil, tomar a responsabilidade de caminhar no sentido de a própria região definir os seus rumos, procurar os seus caminhos numa postura moderna, como nos indicou a Unicamp. O esforço é que a iniciativa privada ampare o poder público, a comunidade, para que se defina, como se faz hoje em vários países desenvolvidos, o caminho do desenvolvimento regional, atrelando com uma ponta o prefeito Edinho o desenvolvimento da riqueza material com o bem-estar social.

É necessário que os municípios se unam e discutam as suas prioridades, independente das suas necessidades locais. É necessário que o parlamento, o Governo do

Estado, se juntem a esse esforço para que, em conjunto, possamos vencer as barreiras do desenvolvimento, essa estagnação econômica e esse marasmo do desenvolvimento social.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado esteve presente com o Secretário nessa reunião do dia 12, para nos alentar, para nos apoiar em criar, nesta região central, talvez a primeira Agência de Desenvolvimento Regional. Peço a todos os senhores o apoio, e principalmente à Assembléia Legislativa, que vem ao encontro dos nossos interesses.

Muito obrigado e parabéns. (Palmas.)

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

...Assembléia Legislativa. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado por sua manifestação.

Gostaríamos de reiterar o pedido a todos para que completem com nome e endereço o formulário da pergunta. As pessoas que já preencheram o papeleta com a pergunta, favor encaminhar à coordenação cujos membros já estão aí posicionados.

Ouviremos agora as palavras do Deputado Estadual Waldir Agnello.

O SR. WALDIR AGNELLO – PTB – Quero pedir licença a meus amigos e aos colegas integrantes da Mesa para, em nome do nobre Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa, Sidney Beraldo, cumprimentar a todos vocês, dispensando então o protocolo aqui para ganhar tempo. Em nome do Prefeito Edinho, quero também cumprimentar os demais prefeitos, os membros do Poder Legislativo e Executivo Municipal, que estão representados aqui; e também, em nome do Pastor Elias, que está sentado ali desde o início desta apresentação, agradecer aos quarenta pastores da Igreja Quadrangular, que aqui compareceram, muitos deles já se foram por outros compromissos, demonstrando assim que a igreja também entende o seu papel como responsável social na nossa comunidade.

Quero ser bastante breve nas minhas palavras, depois de ter assistido à apresentação desses índices, que de forma muito competente, clara e objetiva, foram apresentados aqui. Quero lançar uma opinião minha, para que fique para uma reflexão dos senhores e das senhoras, de que, numa análise macroeconômica e social da região que pudemos observar aqui, os índices apresentados são bastante satisfatórios, como já foi mencionado por aqueles que me antecederam aqui. Por exemplo, a longevidade. Sou morador na Capital do Estado de São Paulo. Se eu quiser viver dez anos a mais devo escolher uma região para morar, e ganhar 10 anos de vida.

A questão da escolaridade. Se eu quiser que meus filhos tenham um bom acesso a boas escolas, essa região oferece isso também. E até mesmo os índices de riqueza dessa região, ainda que no último período eles tenham apresentado um decréscimo, são índices satisfatórios realmente.

Então, quero evidenciar aqui esse instrumento que o Presidente Sidney Beraldo investiu em tempo e em prestígio, que é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, para que fosse apresentado. Nós podemos colocar uma lente sobre esses índices, sobre esses parâmetros que foram apresentados aqui. Até lembrando que vi um cartaz, não me lembro onde foi, do nosso Fórum que tem lá uma lente, não é Presidente? Então, usando essa lente na Região Central – está aqui na pasta –, podemos enxergar – e agora não mais falando sobre os índices, mas sobre essa lente – algumas distorções, olhando não mais de forma macro, mas de forma micro. Olhando cada uma das cidades, dos municípios que compõem essa região chamada de Central, há algumas distorções, algumas incompatibilidades, algumas inconsistências até mesmo naturais, provenientes de políticas públicas de alguns municípios mais avançados, alguns menos avançados, que compõem essa região. Mas tudo isso é aceitável.

Quero terminar minha participação aqui, colocando esta reflexão para os senhores e para as senhoras. A grande pergunta que precisamos responder, a grande questão que precisa ser respondida quando sairmos daqui – e não temos essa pretensão, já conversei com o Presidente Sidney Beraldo sobre isso e ele também não tem, não entendemos que este Fórum vá trazer solução para todos os problemas, ele é apenas mais uma iniciativa, mais uma ferramenta – é a seguinte: como equalizar riquezas, recursos para que todos os municípios dessa Região Central se desenvolvam, cresçam de forma igualitária? Esta é a

pergunta. Como tirar recurso daqui? É certo tirar daqui e distribuir para outros municípios adjacentes? Então, fica aqui o exercício do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da iniciativa privada, da sociedade organizada, das instituições de classe que precisam tomar conhecimento, e esse conhecimento precisa resultar em ações práticas e efetivas para que possamos então desenvolver a Região Central de forma igualitária.

Espero que todos estejam atentos à questão do desenvolvimento econômico dessa maravilhosa região.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Obrigado ao nobre Deputado Waldir Agnello pelas suas palavras.

Em seguida, ouviremos o Sr. Marcelo de Carvalho Rodrigues, da Agência de Desenvolvimento de Araraquara.

O SR. MARCELO DE CARVALHO RODRIGUES – Bom-dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente Sidney Beraldo por esta fantástica iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Se não podemos visualizar de imediato resultados concretos, podemos de imediato perceber que esta é uma ferramenta maravilhosa para começarmos a utilizar, e de forma permanente, como é a proposta deste Fórum.

A aproximação da Assembléia com a região, com o município, com a cidade e com o cidadão multiplica em muito as possibilidades que temos de interação, e faz com que as coisas possam acontecer de forma mais sistemática e produtiva.

A Agência de Desenvolvimento de Araraquara nasceu de uma proposta de fazer com que a sociedade retome a sua condição de participar, de propor, de auxiliar nas proposições de política pública.

A Agência Nacional que começa a nascer nessa região, levantada principalmente pela iniciativa privada, com o apoio do poder político, Legislativo e Executivo, tem a mesma proposta. Muito embora seja vista como uma região, a gente não criou ao longo do tempo uma identidade regional.

Conversava, há pouco, com o Professor Gustavo Zimmermann e pude sentir que uma das dificuldades que faz com que isso aconteça é que perdemos um pouco, ao longo do tempo, a nossa identidade cultural; ou seja, o desenvolvimento veio e nos afastou um pouco. Estamos próximos, mas não cultivamos as questões culturais que podem nos aproximar novamente e fazer com que esse esforço cooperativo realmente faça com que a gente possa novamente retomar a atividade de desenvolvimento sustentado com muito mais força, com muito mais interação e com muito mais facilidade.

Então, o mais importante hoje é parabenizar a Assembléia Legislativa por essa excelente ferramenta, que vem se juntar a outras que começam a aparecer e que vai facilitar, e muito, o desenvolvimento econômico sustentável do Estado de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Temos uma grande presença de prefeitos aqui e nós temos a papeleta, ou a continuidade da manifestação, porque essas dúvidas sobre IPRS, o PPA, bem como sugestões relativas sobre as locações de desenvolvimento, elas poderão ser encaminhadas para a Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa no momento está discutindo e analisando o Plano Plurianual 2004/2007, bem como a peça orçamentária do exercício de 2004. Então, é um momento extremamente importante para que possamos conhecer a situação, as sugestões, as potencialidades, as necessidades regionais, para que os deputados possam ter uma atuação pautada na construção das políticas públicas, através de locação de recursos nessas peças de planejamento muito mais adequada do que sem essa iluminação, esse foco, essa lente.

Mais uma informação. Como o IPRS é dinâmico, vamos já programar a atualização dele, porque ele é atualizado a cada dois anos. O ano que vem, já sai uma versão nova. Seria importante esta manifestação para que tenhamos uma dinâmica mais apropriada ainda, para que possamos voltar aqui e discutir a partir do exercício seguinte.

Então, pediria para, quem quiser se manifestar também em relação às perguntas, para se encaminhem à Mesa. Às pessoas que vão formular perguntas escritas, por favor, solicitamos para que escrevam seu nome e endereço de forma legível, para que as perguntas

que não forem respondidas hoje sejam respondidas pelos deputados estaduais, através do correio, ou da internet.

Vamos ouvir agora as palavras da nobre Deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente Sidney Beraldo, Srs. deputados desta Mesa, meu companheiro de partido, Prefeito Edinho, através de quem quero estender cumprimentos a todas as autoridades, incluindo todos os presentes neste dia de hoje, um dia muito importante, em que eu, particularmente, sinto-me muito feliz de estar participando do Fórum da Assembléia Legislativa, em meu primeiro mandato, e por poder ter a oportunidade de fazer o que sempre quis na minha vida, como secretária de Governo que fui em Catanduva, que é permitir e possibilitar criar instrumentos e mecanismos capazes de trazer a manifestação popular.

Vejo, com muitos bons olhos, esta participação que aumenta a cada dia que passa. A sociedade civil se organiza cada vez mais, acompanha, cobra, exige de seus representantes soluções e alternativas, participa, contribui, e aponta caminhos e alternativas para que possamos resolver os problemas do nosso Estado de São Paulo. E isso é fundamental.

O fato da Assembléia Legislativa estar aqui hoje, através de alguns de seus representantes, demonstra preocupação na atual legislatura de aproximar aquilo que fica tão distante na cidade de São Paulo, que dificulta o acesso das pessoas; e, trazer isto para o interior do Estado é, realmente, uma atitude louvável de todos nós. Mas, quero, aqui, cumprimentar o Sr. Presidente, porque foi uma iniciativa da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, mas com que todos nós prontamente concordamos e aprovamos.

Estamos aqui hoje discutindo os caminhos para o desenvolvimento regional. Eu, de forma muito modesta, através do meu gabinete, criei uma agenda de desenvolvimento regional. Já fizemos várias reuniões a este respeito, para discutirmos exatamente as alternativas para esse crescimento, respeitando as características, respeitando a realidade e respeitando as vocações regionais. E é isso que estamos fazendo aqui hoje. E, mais do que isto, observando os dados que o pessoal da Unicamp colocou, acho que quero parabenizá-los, mas, ao mesmo tempo, acho que precisamos aprofundar um pouco mais esta discussão. Porque vemos que nos 81 municípios – e Araraquara, com certeza, deve estar fazendo parte

desses 81 municípios, da mesma forma que Catanduva também, São José do Rio Preto também – temos um bom nível de escolaridade, um bom nível com relação a mortalidade infantil, pois a mortalidade infantil é baixa. Enfim, alguns indicadores demonstram a evolução e a prosperidade da nossa região. Mas precisamos questionar e aprofundar um pouco mais isso.

Estava comentando com meus companheiros de partido, fazendo uma leitura talvez um pouco mais detalhada desses dados, e nos questionamos qual a escolaridade que estamos tendo, porque precisamos ter uma escolaridade cada vez melhor, cada vez de maior qualidade. Qual a saúde que estamos tendo, qual o desenvolvimento habitacional que estamos tendo, qual o desenvolvimento e crescimento econômico que estamos tendo, para geração de empregos e renda na nossa região. Então, talvez, ampliar e expandir esta análise seria uma possibilidade que gostaria de deixar registrada aqui.

Quando o Prefeito Edinho coloca sobre sua cidade, sua região que vai aos poucos mudando o seu perfil econômico, embora tenha no seu pilar mais importante a agroindústria, agora com a chegada da Embraer em Gavião Peixoto, com certeza, pode haver uma alteração do perfil socioeconômico de toda a sua região, essa região central do Estado de São Paulo. Mas o desenvolvimento e o crescimento econômico do Estado de São Paulo deve estar acompanhado, no meu ponto de vista, de uma melhor distribuição de renda, e, mais do que isso, da diminuição da concentração de renda, porque é assim que vamos conseguir diminuir os problemas que podem também ser advindos contraditoriamente do nosso desenvolvimento. Pois, à medida que vamos crescendo, geramos demandas e essas demandas precisam ser atendidas; geramos demandas por escolas, geramos demandas por cursos de qualificação profissional, geramos demandas por saúde, demandas por melhor atendimento da saúde, geramos demandas habitacionais por saneamento.

Como ele expôs ali, nas últimas questões, o escoamento da produção, da melhoria das nossas estradas, precisamos estar atentos a isso, pois a nossa meta maior é podermos, num momento principal, atender as pessoas, os seres humanos. É cuidar, é fazer avançar, é promover a cidadania, é melhorar as condições de vida, é promover uma vida digna para todos. Estamos aqui para pensarmos no desenvolvimento, mas precisamos saber que, dentro

desse desenvolvimento, como protagonista disso tudo, estão os nossos cidadãos. E deles é que precisamos estar atentos e precisamos cuidar.

Penso que a nossa responsabilidade, como deputados na Assembléia Legislativa, é cada vez maior, na medida em que temos a participação popular, na medida em que vocês estão nos acompanhando, estão nos sugerindo alternativas para que possamos colocá-las no PPA – Plano Plurianual –, que vai apontar os nossos destinos nos próximos quatro anos.

Por isso, a importância de vocês estarem aqui, e por isso a importância desse evento. Quero saudar a todos. Espero que tenhamos, desta reunião, resultados profícuos, capazes de fazer promover o nosso Estado. Mas uma promoção generosa, de uma forma fraterna e com justiça social.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos à Deputada Beth Sahão pela sua manifestação.

Chegou aqui uma questão bastante interessante, tendo em vista que partiu de uma pessoa muito ilustre entre nós. Gostaríamos que ela fizesse o uso da palavra. Trata-se da Prefeita de Américo Brasiliense, a Sra. Cleide Aparecida Bertiginato.

A SRA. CLEIDE APARECIDA BERTIGINATO – Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do nosso querido Presidente Sidney Beraldo, e cumprimento os demais membros da Mesa, a todos os presentes, companheiros prefeitos e a todos participantes. Eu não tinha intenção de falar nada, mas penso que o momento é de muita alegria para nós, que vivemos as dificuldades do município, de poder passar isso diretamente à Assembléia Legislativa. Nós, que temos os nossos deputados e os nossos companheiros levando sempre as nossas preocupações, hoje podemos ficar frente a frente e dizer o que estamos pensando de um Fórum tão importante como este.

O questionamento que enviei à Mesa – e acho que depois o nosso secretário falará a respeito – é sobre o Índice de Responsabilidade Social, que é muito importante para que todos analisem a nossa Região Central. Se todos tiverem a oportunidade de pegar pelo índice – não sei se ainda falta alguma coisa para ver –, a única cidade que não perdeu renda

“per capita” foi Boa Esperança do Sul. Todas as demais cidades perderam renda “per capita”. Só que em níveis pequenos.

Em relação a Américo Brasiliense, a queda foi drástica, de 5.400 para 1.400. A minha sugestão, que está aí na mão do secretário, é a de que Américo Brasiliense, assim como muitas outras que crescem muito, está fora da média de crescimento do Estado e do Brasil. Américo Brasiliense, pelo censo de 2000, cresceu 4,1 por cento, enquanto a média nacional foi de 1,9 por cento. Continuamos crescendo. Já há uma previsão do IBGE que Américo Brasiliense crescerá 8 por cento, graças a Deus, elevando um pouco a nossa cidade no Fundo de Participação dos Municípios.

Além disso, a responsabilidade de administrar uma cidade que cresce a esse ponto passa dos limites de uma administradora. Os problemas são muitos, as cobranças sociais são muitas, e muitas vezes não temos como dar um retorno a nossa população. Apesar de todos esses problemas, a Américo Brasiliense ainda teve alguma melhora no nosso Índice de Responsabilidade Social. Crescemos em educação, crescemos em longevidade e crescemos alguma coisa ainda dentro do “ranking” do Estado de São Paulo.

Quero pedir o apoio dos nossos companheiros deputados Geraldo Vinholi, nosso grande amigo e que representa muito bem a nossa região, e Dimas Ramalho, que se encontra em Brasília. É o momento de pensarmos em como resolver esses problemas quando isso ocorre numa cidade, pois a cidade cresce, a renda cai e os problemas aumentam. A quem vamos recorrer? Não temos a quem recorrer.

A minha sugestão é para que a Assembléia leve o problema adiante. Na nossa Região Central, o problema de Américo Brasiliense é o mais grave de todas, com uma queda muito grande. Quem sabe se, dentro deste “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”, vamos encontrar uma saída emergencial para que, quando isso acontecer num município, tirando de quem tem mais – como está sendo feito no Fundef –, se repassará para quem tem menos.

Portanto, segue aqui a minha sugestão. Já tive a oportunidade de fazer isso também no encontro de Guarujá, e aqui estou fazendo publicamente. É preciso que os mais ricos socorram os mais pobres, senão não haverá desenvolvimento sustentado. É preciso pensar, a médio e a longo prazo, porque as cidades pequenas perdem tamanha receita, como foi o caso de Américo Brasiliense, e precisam de socorro. Hoje, gastamos 33 a 34 por cento com

a saúde no município. Estamos dando conta ainda das demandas, mas não sabemos até quando, pois a nossa receita continua caindo.

Fica aqui o meu agradecimento à Assembléia, a todos que nos dão a honra de participar de um Fórum tão importante. Parabéns, Presidente Sidney Beraldo, parabéns a todos vocês. Com certeza, vão levar as nossas preocupações e tentarão nos ajudar.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Obrigado, Sra. prefeita.

Passaremos agora a palavra ao Deputado Estadual, Mário Reali.

O SR. MÁRIO REALI – PT – Gostaria de saudar a todos os presentes, ao Deputado e Presidente da Assembléia, Sidney Beraldo, em nome do qual saúdo todos os parlamentares, deputados e vereadores aqui presentes, o Prefeito Edinho, em nome de quem também saúdo a todos os prefeitos aqui presentes.

Serei breve, mas gostaria de tocar em algumas questões importantes. Primeiro, cumprimento a todos os parlamentares por esta iniciativa de aproximar a Assembléia das regiões. Essa aproximação da Assembléia com as regiões e municípios é fundamental para nos situar na realidade do Estado, inclusive para pautar como o Estado pode intervir com as suas ações e políticas em cada região.

Tenho participado das audiências públicas que discutiram o Orçamento do Estado e sinto muita necessidade de aprimorar essa interlocução, para que as regiões consigam ter o respaldo do Executivo estadual nas suas políticas, e a possibilidade de intervenção das ações do Estado de uma maneira mais democrática e mais acessível. Portanto, este Fórum começa a abrir um caminho para essa aproximação.

Saúdo também a organização de Araraquara, São Carlos e outras regiões e municípios que se preocuparam com o desenvolvimento, criando, inclusive, agência de desenvolvimento.

Venho de uma região do ABC – sou de Diadema. Estou aqui presente porque priorizo essa discussão da articulação regional e do desenvolvimento regional. É assim que vamos conseguir, de fato, dar resposta aos problemas do nosso Estado, e colocar claramente

qual é o papel do Estado no desenvolvimento das regiões. O PPA, orçamento do Estado, é instrumento de planejamento que precisa ser utilizado como tal. E, para isso, precisa também da presença dos atores locais, das lideranças e dos políticos locais na construção coletiva desse instrumento.

Sabemos que na Prefeitura de Araraquara, como na Prefeitura de São Carlos, o Orçamento é uma peça muito discutida com os munícipes. Todas as ações do Governo municipal são respostas às demandas, mas existe este canal de comunicação e de interlocução com os cidadãos. Portanto, salutar é o Fórum, e, também, a articulação e a criação das Agências de Desenvolvimento na Região Central. Saúdo, portanto, esta iniciativa, e coloco o nosso mandato à disposição, recebendo as contribuições e as demandas. Precisamos ver como iremos articular depois, na Assembléia, para que isso se torne realmente uma interlocução qualificada desses instrumentos de planejamento.

Sabemos que os deputados têm a possibilidade de fazer emendas no Orçamento e emendas no PPA. Precisamos, portanto, compatibilizar todo esse rico processo de discussão dos fóruns com contribuições no momento de aprovação do orçamento, seja do PPA, e, também, da LDO, que já foi aprovada. Este ano, o PPA não teve os anexos porque entrou em discussão depois da LDO.

Acreditamos, portanto, que o PPA precisa conter políticas gerais e genéricas. Essas potencialidades foram aqui colocadas e precisamos transformá-las em ações, programas concretos, recursos e investimentos, garantindo infra-estrutura, saúde e educação. É o pleito de todos os prefeitos e de toda a comunidade local.

Colocamos o nosso mandato, assim como a Assembléia, à disposição para a interlocução, e assim teremos os instrumentos de planejamento construídos coletivamente, com a participação intensa da sociedade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Obrigado, Deputado Mário Reali.

Ouviremos agora as palavras do Deputado Estadual Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Sidney Beraldo, registramos a nossa satisfação por participar deste 1º Fórum da Região Central. É a primeira vez que participo, mas considero uma brilhante iniciativa da Assembléia Legislativa, que contou com o apoio, acho que unânime, de todos os deputados.

Prefeito Edinho, o seu trabalho orgulha a todos nós, do PT, e, em seu nome, cumprimento todos os prefeitos. Tenho uma satisfação muito grande em voltar a esta região, porque meu pai nasceu na cidade de Matão, Deputado Jayme Gimenez. O meu pai nasceu no Distrito de São Lourenço do Turvo, na época em que os descendentes de italianos vieram trabalhar para o cultivo do café. Depois, foram para o Paraná, de onde acabamos parando na Capital. É uma região de que guardo uma recordação com muito carinho.

Apreendi muito aqui, quando debatemos no PT Estadual com pesquisadores da Unicamp e outros, sobre a crise do setor cítrico.

Há dois anos, apresentamos uma proposta, quando discutimos a crise do setor sucroalcooleiro. Apresentamos, também, proposta de trabalho e participamos de conversas com os produtores. Isso nos deu conhecimento e base para o entendimento da dinâmica econômica do Estado. Portanto, é uma grande satisfação estar aqui.

Os instrumentos de desenvolvimento passam por algumas vertentes. A primeira delas é o investimento em infra-estrutura. Existe aqui uma infra-estrutura razoável, o que é fundamental. Um outro instrumento é o forte investimento em educação, pesquisa e tecnologia. Sem isso, hoje não temos condições de atrair empresas, principalmente uma...

* * *

- **Áudio incompatível com o texto degravado.**

* * *

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – ... de produção de conhecimento científico muito grande, inclusive com a notícia de ampliação do câmpus da USP aqui em São Carlos.

Outro fator é a criatividade, o trabalho e a luta incansável dos municípios e os seus atores: os prefeitos e os vereadores, que, com base nessa relação cotidiana com os munícipes, que são as pessoas que vivem as necessidades, as potencialidades, e interagem

diretamente com os prefeitos, que são os que recebem toda a carga. E às vezes os prefeitos têm sofrido. Temos percebido nesses últimos anos um esvaziamento da sua participação nos tributos e nos impostos, com uma centralização muito grande. Espero que a reforma tributária possa contribuir com uma democratização dos resultados, em que toda sociedade contribui.

E, por último, acho que um fator fundamental do desenvolvimento – e essa plenária aqui começa a dar um passo significativo nessa direção – é a participação da sociedade: participação dos sindicatos patronais, de trabalhadores, entidades da sociedade civil, lideranças comunitárias, a Igreja e assim por diante. Então, a participação da sociedade é um fator fenomenal de planejamento e de desenvolvimento. E administração moderna significa isso. Hoje em dia não dá para se falar em administração com modernidade se não pensarmos numa intensa participação da sociedade. Nesse sentido temos vários fóruns: o Orçamento Participativo, a discussão do Plano Plurianual e outros instrumentos. Tenho percebido que o Estado tem dado alguns passos nessa direção.

Queria deixar aqui a minha saudação a todos vocês e parabenizá-los por terem participado desta plenária. Tenho certeza que com essas discussões vamos avançar bastante para fazer com que o Estado de São Paulo volte a ser aquela locomotiva que puxou o desenvolvimento do Brasil, que puxou o nosso Brasil para essa situação em que se encontra, ou seja, um grande país, um país economicamente muito forte mas que não distribuiu as riquezas para a sua sociedade da forma como deveria ter sido feita. E nós precisamos corrigir esse fosso que separa muitas pessoas, muitos municípios e muitas regiões da modernidade e do usufruto de tudo o que a nossa sociedade tem desenvolvido.

Um grande abraço a todos vocês e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos a manifestação do Deputado Simão Pedro.

Passaremos agora ao encaminhamento das perguntas para as respostas pelo Sr. José Antônio Parimoschi, Secretário Executivo do Fórum.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Presidente Sidney Beraldo, tenho dois encaminhamentos bastante similares aqui e vou tentar consolidá-los para que o Senhor

possa responder. A primeira questão, e aí emendo a segunda, está dizendo que existem diversas iniciativas em curso na região voltadas para formatar a integração regional e promover o desenvolvimento, da parte dos próprios municípios e de outras instituições, instituições de governo, enfim, lideranças empresariais. A pergunta é: de que forma, concretamente, o Parlamento paulista dispõe de esforços para se integrar nesse esforço conjunto que está sendo realizado na região? E outra coisa que também está relacionada a essa questão: se a Assembléia vai discutir o Orçamento de maneira a fazer audiências públicas regionais também?

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Inclusive ia falar a respeito disso no final para explicar um pouco o formato do Fórum.

O Fórum tem, como parte executiva, a Mesa Diretora, que é o seu presidente e os dois secretários, e o corpo técnico, formado por uma equipe técnica da Casa, que faz parte para poder fazer os encaminhamentos para que as coisas realmente possam acontecer.

O segundo é o Conselho Deliberativo, do qual participam todos os presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas da Casa. Temos 22 comissões, tais como, educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia e turismo, etc. Então são várias comissões que fazem parte do Conselho Deliberativo. Presidentes e vice-presidentes, para quê? Para que haja uma interação. Todos os assuntos que são tratados têm um encaminhamento pela comissão.

O terceiro é o Conselho Consultivo, onde temos a presença de todas as representações das cadeias produtivas. Pegamos as principais cadeias, tais como trabalhadores, sindicatos, associações, Fiesp, Federação do Comércio, Federação da Agricultura, as universidades, etc., para fazerem parte desse Conselho.

Estamos agora – e é exatamente aí que respondo à questão – estimulando a criação de organismos regionais. Por isso, essa região sai na frente, na medida em que já tem a concepção da criação de uma agência. Isso porque a nossa idéia é que esses organismos regionais façam parte do nosso Conselho Deliberativo, para ter uma interface permanente. Então, criada uma agência de desenvolvimento, que contempla os 26 municípios desta Região Central, a idéia é que essa agência vá fazer parte do Conselho, para que possamos estar interagindo permanentemente e não só durante uma reunião como esta.

Qual a segunda questão?

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – A segunda questão é: “Qual a disposição que a Assembléia vai ter para discutir o Orçamento que está lá agora, neste momento?”

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Infelizmente, recebemos o Orçamento em setembro e temos de aprová-lo até o final do ano. Então faremos algumas audiências públicas internas. Não temos como fazer uma audiência pública em cada região do estado, até porque não temos tempo para isso. Mas estamos discutindo o PPA, que é para os quatro anos seguintes, e que contempla, ano a ano, investimentos, programas e metas – pela primeira vez, inclusive, existem no PPA metas que deverão ser atingidas. E essas metas têm uma ligação com o Orçamento. E o Orçamento que foi entregue agora já tem as metas também. Então, na medida em que discutirmos o PPA já estaremos simplificando a discussão do Orçamento. Até porque é quase impossível fazer uma discussão ano a ano do Orçamento com o Estado todo.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Deputada Beth Sáhão, tenho dois encaminhamentos específicos para a Senhora. A primeira pergunta é se existem discussões específicas na Assembléia sobre a inclusão de emendas ao PPA voltadas para a questão da mulher, da população afro-descendente e dos idosos. E uma segunda pergunta, que integro a esta, é a questão da inclusão social das minorias.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Não há esse corte específico no PPA. Inclusive fizemos uma reunião na semana passada com os movimentos organizados dos afro-descendentes em São Paulo, e essa foi a grande queixa deles. Ou seja, que não havia destinação de uma política específica ou de um conjunto de ações ou de políticas públicas capazes de contemplar essas minorias, seja no caso das mulheres ou dos afro-descendentes. No caso dos idosos não tenho conhecimento se tem ou não, mas acredito que vá nessa mesma linha: não entra nesse detalhamento, não entra nessas especificidades. Daí a importância de estarmos discutindo aqui para podermos sinalizar o que queremos para esses

segmentos importantíssimos na nossa sociedade, para que coloquemos no PPA aquilo que desejamos ou, pelo menos, de tudo aquilo que for levantado, que possamos priorizar algumas questões para que sejam encaminhadas ao PPA. Nesse sentido, foi desta maneira que fizemos a discussão da audiência pública que tivemos com outros companheiros deputados. O nobre Deputado Simão Pedro também participou comigo em São Paulo. Isso tem provocado uma certa indignação. Estamos querendo consertar essa ausência de políticas voltadas para as minorias. E podemos fazê-lo através de emendas. E se essas emendas vierem da sociedade civil ou dos movimentos organizados, no meu entendimento serão muito mais legítimas e representativas.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Acho que esta pergunta cabe bem ao Deputado Dimas Ramalho, que foi Deputado Estadual e agora é Deputado Federal, pois se trata de uma junção das duas esferas, relativamente ao SUS. Pergunta qual o pensamento da Assembléia para auxiliar a resolução das questões relacionadas à assistência à saúde e quais as condições que o SUS dispõe atualmente para minimizar esses problemas ou investir um pouco mais para resolvê-los.

O SR. DIMAS RAMALHO – Objetivamente o Sistema Único de Saúde – e falo como Deputado Federal – é uma questão que unifica praticamente toda a Câmara Federal. Os dois grandes mentores da implementação do SUS foram Eduardo Jorge, Secretário da Erundina e da Marta Suplicy em São Paulo, que saiu agora, e Sérgio Arouca, que exercia um cargo no Ministério da Saúde, e que recentemente faleceu. Evidentemente que o Sistema Único de Saúde hoje tem uma unanimidade de ampliação de recursos. Há um debate neste exato momento em relação ao Orçamento federal: que a verba que o Governo Federal contempla no Orçamento é um pouco menor do que aquilo que está projetado numa lei. Agora existe, a nível federal, um percentual específico para a implementação de uma política de Saúde.

O Sistema Único de Saúde é um assunto de todas as assembleias legislativas e de todos os entes federativos: União, estados e municípios. Aqui em Araraquara, por exemplo, onde há uma gestão plena de saúde, evidentemente há uma atenção total para o fortalecimento e a ampliação do SUS.

Para terminar, há na Câmara Federal uma frente parlamentar da Saúde, que é seguramente hoje o bloco parlamentar mais forte e mais amplo. É importante dizer também que não tem somente pessoas ligadas à área da Saúde. Eu, por exemplo, sou do Ministério Público do Estado de São Paulo, mas faço parte da frente parlamentar da Saúde.

Hoje, neste exato momento, está havendo uma reunião em São Paulo com todas as entidades médicas, tais como Associação Médica Brasileira, Associação Paulista de Medicina, Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo e Conselhos Regionais, para, especificamente, discutir a questão do SUS e do fortalecimento da área da Saúde.

A Assembléia Legislativa de São Paulo também tem dado prioridade à questão da Saúde. Uma pesquisa que fazemos regularmente no Estado de São Paulo dá conta de que a maior preocupação das pessoas ainda é com o desemprego, mas em segundo lugar é com a saúde. Basta dizer isso para vermos a atenção que temos de dar a essa matéria.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – A próxima pergunta é para o Deputado Geraldo Vinholi sobre as estradas vicinais.

O Prefeito Emílio Fortes, de Mutuca, pergunta: já que o desenvolvimento sustentado de um município, principalmente agrícola, depende exclusivamente da escoação da sua produção, existe alguma proposta do Legislativo Estadual ao Executivo no sentido de recuperação das estradas vicinais do Estado de São Paulo?

O SR. GERALDO VINHOLI – PDT – Sem dúvida, essa é uma das maiores demandas para o governo e para os deputados. No total de reivindicações que recebemos, estradas vicinais sempre é a que mais aparece. Temos duas coisas em andamento na Secretaria dos Transportes. Uma delas é um plano piloto que foi desenvolvido e lançado na região de São José do Rio Preto, muito próximo a Fernandópolis, salvo engano, onde há a possibilidade de recuperação das estradas vicinais que estão num estado lastimável em muitos lugares. E recuperar mais de 20 mil quilômetros de estradas somente pelo governo ou pelos municípios, com esse orçamento apertado em que vivem os municípios – as estradas vicinais são de responsabilidade dos municípios –, seria muito difícil. Trata-se de uma situação muito complicada e com certeza iria piorar ainda mais.

Então, o Governo do Estado está lançando esse plano, sobre o qual já se fez uma experiência. O Governo do Estado entra com algumas coisas e o Município com outras, de forma que em um ano, se for bem-sucedido, pretende-se recuperar grande parte dessas estradas vicinais que hoje estão em estado ruim.

Até numa tentativa recente, o Secretário dos Transportes foi ao Ministério dos Transportes, em Brasília, tentar fazer com que o Governo Federal, que tem massa asfáltica em abundância, possa passar ao Governo do Estado, até como desconto de uma dívida que tem do Rodoanel e que o Governo do Estado teria para receber. A recuperação das estradas vicinais existentes está em desenvolvimento, sendo prioritárias as estradas vicinais existentes.

Por outro lado, em relação às estradas novas, o Secretário dos Transportes tem adotado nesse início de mandato de governo um planejamento para tentar priorizar aquilo que é mais importante e, mais do que isso, quando a estrada atende mais do que um município. Para isso ele se dispôs a percorrer todas as regiões do estado.

Está previsto para que logo mais ele venha para esta região para discutir com os prefeitos sobre quais são as demandas, para que se possa priorizar para o ano que vem as estradas que atendem mais do que um município. Ele não terá condições de atender a todos os pedidos, mas já estivemos estudando algumas coisas. Por exemplo, uma estrada um pouquinho maior, que pegue 15 a 20 quilômetros e atenda dois, três, ou quatro municípios.

Esta é a política que está sendo adotada dentro dos poucos recursos que se têm para investir neste setor. Por outro lado, há o financiamento do BID, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa no ano passado. Já estamos com algumas obras em andamento, inclusive aqui na região a recuperação das estradas; por exemplo, dessa que vai de Matão, passando por Ibitinga, até Novo Horizonte, sendo que o primeiro trecho já está em recuperação, sendo de aproximadamente mil quilômetros.

Agora, já está em fase de planejamento a segunda etapa do BID para as novas estradas que serão contempladas, a fim de que sejam recuperadas. São estradas do DER, não são estradas vicinais, mas este é o plano de recuperação das estradas.

A SRA. BETH SAHÃO – PT – Nobre Presidente, só gostaria de acrescentar que protocolei um projeto na Assembléia Legislativa na semana passada exatamente para, de

certo modo, poder dar essa responsabilidade das estradas vicinais para o Governo do Estado, porque temos observado que as prefeituras não têm condições de fazer a manutenção. Há muitas dificuldades, sobretudo quando as prefeituras são menores, pois elas não conseguem dinheiro nem para comprar a massa para tapar os buracos das estradas vicinais. Então, às vezes, essa parceria pode ser salutar em alguns municípios. Em outros municípios, não há recursos financeiros para fazer esse tipo de investimento.

Assim, a minha proposta é fazer com que o Governo do Estado encampe esse trabalho e, assim, como disse o Deputado Geraldo Vinholi, possa melhorar o estado lastimável em que se encontra a grande maioria das estradas vicinais.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Devido ao adiantado da hora, temos apenas mais seis perguntas que serão respondidas. Todas as outras, que tratam mais de programas de ações do próprio PPA, serão encaminhadas às comissões da Assembléia, que providenciarão as respostas, já que estão plenamente identificadas aqui pelos seus autores.

Uma pergunta ao Deputado Mário Reali, sobre o Meio Ambiente: “Qual a política de preservação e recuperação do meio ambiente no Estado de São Paulo? Dê a sua opinião a respeito desse tema”.

O SR. MÁRIO REALI – PT – Em primeiro lugar, a resposta sobre a Política Estadual de Meio Ambiente é muito ampla e não vou respondê-la em dois minutos. Mas acho que há algumas questões que podemos destacar.

Acho que nos últimos anos evoluiu muito o papel do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, o órgão que licencia todos os grandes empreendimentos, que devem produzir um relatório de impacto ambiental que passa pela aprovação do Conselho. Grandes atividades, grandes investimentos, grandes empreendimentos são sempre avaliados pelo Consema.

Outra questão que gostaria de destacar são as reservas. Temos hoje no Estado de São Paulo várias reservas. Parece-me que na semana passada recebemos um projeto na Assembléia para a autorização de um financiamento para o plano de manejo e investimento da Reserva da Mata Atlântica. Mas o que eu gostaria de destacar, porque acho que tem muito a ver com a região, é a questão dos recursos hídricos. Acho que a Política Estadual

de Recursos Hídricos é um segmento que avançou muito, principalmente pelo formato institucional, através da criação dos comitês de bacias e subcomitês, com uma gestão descentralizada dos recursos hídricos e com uma compatibilização do uso da água. Inclusive há outro projeto polêmico que está em pauta na Assembléia Legislativa, que trata da cobrança pelo uso da água. Há uma discussão intensa, pois a cobrança criará um recurso que deverá ir ao Fehidro, que investirá na bacia para melhoria da qualidade da água.

Sabemos que o Brasil tem uma disponibilidade hídrica muito grande, mas a distribuição desses recursos pelo país é muito desigual e principalmente as regiões metropolitanas hoje têm uma carência muito grande de disponibilidade de água potável, gerando uma série de deformações e deturpações.

O Comitê de Bacias é um organismo importante. Pelo que eu comentei com o pessoal das prefeituras, parece-me que isso está funcionando muito bem aqui. Então, estamos aguardando com muita ansiedade a aprovação do projeto de lei que trata da cobrança pelo uso da água, inclusive para potencializar os recursos para investimento do Fehidro nessa área.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – A penúltima pergunta é para o Deputado Simão Pedro, para que ele fale um pouco sobre a questão de potencializar o financiamento agrícola, especialmente para fortalecer a agricultura familiar. É um tema mais diretamente relacionado com a área federal, mas de qualquer forma acho que o deputado poderia contribuir com uma resposta rápida.

O SR. SIMÃO PEDRO – PT – Muito obrigado.

Pelo menos nos últimos meses, com a decisão do Governo Federal de tirar da marginalidade a agricultura familiar, ela ganhou uma relevância muito grande, por ter um peso muito significativo na economia e na produção agrícola: 36% na produção no Estado de São Paulo e em torno de 38% no Brasil.

A agricultura familiar sempre foi tratada de forma marginalizada por não ter políticas definidas. Pelo que me lembro, os recursos do Pronaf no ano passado eram de 4 bilhões e foram muito pouco utilizados nos assentamentos e nos movimentos. Os

agricultores familiares tinham muita dificuldade por conta da burocracia e de endividamentos.

A meu ver, agora, a política é um pouco melhor direcionada. A decisão de renegociação de dívidas de até 35 mil reais com portaria do Banco Central e com medida provisória já aprovada no Congresso Nacional e a decisão de desburocratizar geraram um volume de mais de 5,4 bilhões de reais para o Pronaf nas suas várias linhas.

Uma política interessante que eu poderia comunicar aos prefeitos é que, na semana que passou, o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome esteve aqui na região de São Carlos e Catanduva e tem manifestado a possibilidade de convênios dos municípios com o Ministério para compra da agricultura familiar de até R\$ 2.500,00 por agricultor/ano. É um recurso, vamos dizer assim, meio que a fundo perdido, porque a compra é para política assistencial, havendo a possibilidade também de financiamento de bancos de alimentos, de cozinhas para trabalhar a compra e assim por diante. Acho interessante que vocês tomem conhecimento disso. Acredito que são políticas que visam fortalecer a agricultura familiar para garantir a compra e para garantir a saída, porque o agricultor precisa ter a possibilidade de melhorar a sua renda.

Sobre o Estado, o Presidente Sidney Beraldo, na sua conclusão, poderia falar um pouco melhor do que eu, sobre os galpões de agronegócio e sobre os incentivos à assistência técnica.

Tenho feito críticas, por exemplo, à política de jogar para o município a administração das Casas de Agricultura com poucos recursos. Tenho visto muitos prefeitos reclamarem dos 14 a 15 mil reais por ano para pagar o agrônomo e assim por diante. Mas acredito que a agricultura familiar vem ganhando um “status” adequado e merecido no debate que se está travando nesses últimos meses.

O SR. JOSÉ ANTONIO PARIMOSCHI – Obrigado, Deputado.

A última pergunta é dirigida ao Presidente Sidney Beraldo. São duas, Sr. Presidente. Farei as duas perguntas para que V.Exa possa respondê-las. A primeira é sobre ciência e tecnologia: “Na região de São Carlos há um grande pólo de desenvolvimento tecnológico. Por que ainda temos de importar tecnologia e equipamentos de outros países?”

Na seqüência, sobre a desburocratização das micros e pequenas empresas: “O que essa discussão poderia contribuir para fortalecer os programas inclusos no PPA? Que V. Exa. comente sobre essa desburocratização, sobre a fomentação de créditos e de incentivos a esse tipo de negócio.”

Assim, depois disso, já poderemos encerrar devido ao adiantado da hora.

O SR. SIDNEY BERALDO – PSDB – Em relação à questão ciência e tecnologia, mencionei na minha fala inicial a necessidade de estarmos cada vez mais integrando a produção de conhecimentos com a aplicação desses conhecimentos. Acho que fazemos isso hoje e tivemos grandes avanços na Embrapa, na Fapesp e mesmo na produção de conhecimentos das universidades, mas acredito que podemos melhorar isso em muito.

Foi feito um estudo importante por economistas da Unicamp e o Prof. Luciano Coutinho coordenou um grupo de trabalhos fazendo um levantamento das 20 cadeias produtivas do País, analisando as ameaças e as oportunidades que teremos com a criação da Alca e com a ampliação do livre comércio. Assim, verificamos que existe uma série de cadeias que têm competitividade e outras nem tanto.

O que é importante é que seja criada uma política industrial e defendemos que realmente haja um planejamento estratégico, não aquele feito como antigamente, de substituição. Não temos condições de sermos bons em tudo e assim sempre precisaremos importar, até porque o mercado internacional hoje exige que temos que importar para podermos exportar.

Mas, o que precisamos fazer? Precisamos deixar de exportar metros e quilos e passar a exportar peças que agreguem valores e deixem empregos aqui. Ao invés de exportarmos couro – e exportamos uma montanha de couro, pois produzimos por termos um dos maiores rebanhos mundiais –, vamos exportar sapatos prontos. Para isso precisa-se ter tecnologia, precisa-se ter “designer”, precisa-se ter mercado internacional. É exatamente isso. Inclusive no Fórum também criamos um departamento só para cuidar da questão da exportação. E descobrimos coisas interessantes. Por exemplo – eu não sabia e não sei se outros Srs. Deputados sabem –, temos em São Paulo 89 consulados representantes de 89 países, só perdemos para Nova York, que tem 132. Depois de Nova York vem São Paulo. Imaginem a importância que tem São Paulo se esses países decidiram manter os consulados

em São Paulo. Estamos procurando fazer uma interação com esses consulados, buscando também mecanismos para fazermos um encontro cada vez maior de quem tem para vender e para comprar. Cada vez mais esses consulados estão se transformando em escritórios de negócios. Antigamente os consulados serviam apenas para cuidar da questão cultural, da preparação de documentos e burocracia. Hoje, não. Hoje eles estão se equipando para serem realmente escritórios de negócios. Assim, agregar valor é o nosso grande desafio.

Acho que avançamos quando criamos a Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio – a APTA –, que juntou seis institutos. Estamos criando 15 pólos tecnológicos no Estado, um em cada região, específico para cuidar da questão do agronegócio e agregar valor a esses produtos.

Sobre a questão da microempresa: ela tem um papel fundamental na nossa discussão, pois é aquela que gera mais empregos por investimento e tem uma característica extremamente importante. Temos discutido muito isso numa parceria com o Sebrae e estamos procurando eliminar os gargalos. Em São Paulo, temos o SIMPLES Paulista, que evoluiu, na medida em que o Governador também tomou a decisão de ampliar o valor de isenção, que era 120 e que passou a 150; porque, para a cobrança dos tributos antigamente, se de 120 passava-se a executar 130, saía-se da isenção e passava-se a pagar o valor de 2,2% sobre tudo. A Assembléia Legislativa, juntamente com o Governo, criou essa escala e, portanto, com 150 continua-se isento, paga-se só sobre a diferença que vai até 720 e, depois, sobre a outra diferença. Isso, sem dúvida, ajudou, e muito. Criamos, no ano passado, uma agência de fomento quando aprovamos o projeto da Caixa Econômica Estadual, que enfim foi uma alteração do Projeto da Nossa Caixa e que está sendo regulamentado; criamos o Fundo de Aval, também muito importante, porque a maioria das pequenas e microempresas não tinham condição de contrair financiamentos, uma vez que não tinham garantias para dar. Então, esse Fundo de Aval será complementar ao Fundo de Aval existente no Sebrae, porque o atual Fundo de Aval é muito pequeno. Vamos ampliar isso, porque o Estado tem vários fundos que administra e, através desses fundos, foi aprovado esse novo Fundo de Aval. Está faltando uma regulamentação e, inclusive, nas primeiras reuniões do Fórum isso foi colocado como prioridade: a regulamentação da agência de fomento, a regulamentação do Fundo de Aval, exatamente para atender a micro e a pequena empresa.

Agora, estamos tendo uma oportunidade muito interessante, que é a criação do SIMPLES geral. Quer dizer, teremos um SIMPLES único criado pela Câmara Federal – e é esse o objeto de discussão da Reforma Tributária – e isso vai ajudar a empresa a se desburocratizar, porque a empresa vai pagar um único imposto federal. A única preocupação é que não venha aumento. Então, a gente precisa tomar cuidado, porque criase um único imposto, mas se a alíquota for muito alta... enfim estaremos atentos a isso.

Na segunda-feira, estaremos participando de um Fórum – e, inclusive, vou fazer a abertura deste Fórum – em parceria com o Sebrae exatamente para discutirmos essa questão, juntamente com o Congresso Nacional, no que diz respeito ao SIMPLES geral. Considero isso muito importante para o fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Chegamos às 13 horas, que é o horário-compromisso de fim do nosso evento. Quero muito agradecer a participação de todos. Esta reunião foi uma das melhores que fizemos, com uma participação muito boa. Essa possibilidade de estar sendo criada aqui a agência é muito boa, e quero parabenizar a região, e vamos estimular isso. Estamos estimulando todas as regiões para que seja criada esse tipo de agência ou um consórcio regional para a questão do desenvolvimento. Essa entidade ou esse organismo fará parte do nosso conselho para que possamos interagir permanentemente.

Todas as questões aqui colocadas ou o objeto das respostas do questionário serão estudadas e analisadas. É por isso que fizemos uma parceria com a Unicamp, para que a gente apresente competência técnica e possa fazer uma análise bastante séria sobre todos os diagnósticos que estão sendo feitos a respeito da questão do desenvolvimento de cada região. Enfim, tudo isso será analisado. Discutiremos tudo isso dentro do Fórum. Será importante, como estava dizendo a um prefeito, pois a Assembléia Legislativa, pelo fato de ter lá 94 deputados de diversos partidos – e temos hoje 14 partidos –, hoje conta com uma representação plural com todas as correntes. Portanto, aquilo que for entendido como prioridade contará com o respaldo técnico em cima de um planejamento estratégico de desenvolvimento. Não podemos nos perder com questões menores. Temos que ter um foco e aquilo que for consignado tecnicamente como uma prioridade será uma prioridade do Fórum. Quer dizer, não será uma prioridade deste ou daquele deputado. Queremos evitar, ao máximo, as disputas ideológicas e políticas. Em primeiro lugar, temos que ver a questão do interesse público. Devemos ter a visão do que é prioridade. Não vamos ter recursos para

tudo e, como diz o Governador: o “cobertor” é curto. Por isso, estabelecer prioridade é a coisa mais importante. Se não temos recursos para tudo, temos que fazer aquilo que há de melhor para a qualidade de vida das pessoas. Esse livrinho é importante. A gente tem os dados atualizados a cada dois anos para que possamos avaliar e controlar se as políticas públicas e os investimentos que estão sendo feitos estão realmente melhorando a qualidade de vida da população. Acho que esse é o nosso grande desafio e, por isso, entendemos que na medida em que a gente tenha uma decisão de forma descentralizada e participativa vamos errar menos e vamos aplicar realmente recursos beneficiando aqueles que mais necessitam.

Muito obrigado pela presença de vocês e vamos continuar nesse trabalho, nessa luta. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado a todos e, assim, encerramos os trabalhos da 3ª reunião regional do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”.

Agradecemos o Deputado Federal Dimas Ramalho e os deputados estaduais: Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa; Geraldo Vinholi; Mário Reali; Beth Sahão; Simão Pedro e Waldir Agnello, que retirou-se um pouco antes; à Sra. Prefeita, aos senhores prefeitos, secretários, agentes políticos. Em particular, agradecemos à Diretoria do SESC pela cessão deste magnífico auditório e pela infra-estrutura oferecida para a realização desta reunião.

A todos um ótimo regresso e o nosso muito obrigado. (Palmas.)

* * *